



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 6

I Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 20 de Novembro de 1992

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Manuel Brasil e Hélio Brasil

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10:00 horas.

No período de Ordem do Dia, teve lugar a continuação da discussão do V Programa do Governo Regional dos Açores, em que intervieram os seguintes Srs. Deputados: Manuel Serpa (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*), José Bruges (*CDS*), José Maria Bairos (*PSD*), Carlos Silva (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Rogério Serpa (*PS*), Manuel Arruda (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Victor Evaristo (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), Joaquim Ponte (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Adolfo Lima*).

Após um pequeno intervalo, usaram da palavra para proferir as intervenções finais, os Srs. Deputados líderes dos Grupos Parlamentares, bem como das Representações Parlamentares. Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), José Bruges (*CDS*), Carlos César (*PS*), Manuel Arruda (*PSD*) e por último interveio o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Mota Amaral*).

Seguidamente, passou-se à votação do Programa do V Governo Regional dos Açores, em que este foi aprovado com 27 votos a favor do PSD e 20 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do CDS.

Finalmente, foi presente pela Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Proposta de Resolução declarando findo o período Legislativo de Novembro, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 13:40 horas.

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares pois vai-se proceder à chamada.

(Eram 10:00 horas).

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Homem de Gouveia, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Manuel Lima, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Manuela Soares, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, Carlos Mendonça, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Luís Brito de Azevedo, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **CDS** - José Bruges; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Em continuação dos nossos trabalhos relativos à apreciação do Programa do V Governo, vou dar a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Neste momento, a ter-me-ei a aspectos relacionados com a pesca que considero fundamentais, sem preocupações de uma hierarquização valorativa.

Constata-se que apesar do aumento exponencial da frota atuneira as capturas não correspondem, de modo algum, às metas estabelecidas o que obriga as empresas conserveiras do sector a recorrer à importação, sobretudo à espécie de "bonito" e vai afugentando hábeis marinheiros em busca de ofícios mais rentáveis.

Esta minha constatação, não envolve nenhuma crítica à opção feita aquando da reconversão da frota, porque eu e em nome do PS sempre apoiei com entusiasmo a reconversão que foi feita. Apenas não estou a criticar, estou a constatar e perante esta, todos nós temos de estar preocupados.

É que se formos analisar o volume de capturas de pesca dos barcos, muitos deles ainda no mar, constatamos que apanhar 300 toneladas de atum foi sinal de uma boa safra e todos sabemos que um barco que apanha 300 toneladas de atum tem aspectos negativos, porque evidentemente, não corresponde de modo algum a um saldo positivo. Salvo raras excepções, a nossa frota atuneira vai ter na sua exploração um saldo negativo.

O importante e o fundamental neste momento e nesta ocasião é encontrar formas, encontrar achegas que permitam de alguma maneira colmatar esta deficiência e projectar as capturas para metas que sejam rentáveis e tragam benefícios para todos. É isso que vou procurar fazer com brevidade porque considero uma colaboração, uma achega que pode ter um desenvolvimento critico, mas sempre sobre o aspecto positivo.

Há que detectar, numa análise realista as causas deste insucesso e, simultaneamente congregar esforços no sentido de colmatar as deficiências e aproveitar ao máximo a rentabilidade das operações.

A reconversão da frota atuneira foi uma acção prioritária fruto de uma exigência mais que evidente: melhoria de condições para as tripulações, mais autonomia

proporcionando melhor conservação do pescado e uma adequada adaptação ao tipo de pesca usado "salto e vara". Resta saber se no caso vertente da frota azul, mesmo como uma organização de produtores, os prejuízos acumulados são reparáveis e as soluções de rentabilidade são passíveis de um rápido equacionamento.

Este, é um problema que preocupa a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o Governo Regional e deve preocupar todas as pessoas, deputados e pessoas interessados no desenvolvimento da nossa Região.

É que os barcos teriam de alguma maneira, entregar à secretaria a amortização correspondente e naturalmente devido às fracas capturas não poderão satisfazer esse compromisso. O que acontece também em relação a outros barcos de outros armadores que também atendendo aos fracos índices de captura, não conseguem de maneira alguma satisfazer os seus compromissos.

Portanto, na procura de uma melhoria de rentabilidade deve entrar de facto, quer a actuação do Governo, quer a actuação dos deputados nesta Casa.

Há vectores que são fundamentais e que já foram aflorados sobre os quais não queria demorar longamente.

Consideramos, como sempre considerámos a investigação científica na vertente piscatória, como a mola real do seu desenvolvimento. Tem-se a nítida sensação de que algumas coisas se fizeram, mais por conhecimento de experiência feita, do que por linhas orientadoras, emanadas do sector da Investigação.

Nós sempre bradámos a construção de um barco (navio) de investigação científica, é que era um acto prioritário e que nunca foi concretizado.

Saúde-se a "disponibilidade de um navio de investigação com uma ocupação média de nove meses na ZEE-Açores" e pergunta-se para quando e o que se passa com o Departamento de Oceanografia e Pescas?

Comungo aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas e tenho também admiração por quem trabalha no DOP, merece-me todo o respeito, admiração e confiança, só que quem trabalha no DOP não tem instalações, condições e nem dinheiro.

Nós optaríamos por outra solução, que seria um instituto de investigação autónomo, com autonomia financeira própria, porque assim o Departamento de Oceanografia e

Pescas está a ser injectado com verbas da Secretaria da Agricultura e Pescas e como é um sector universitário deveria estar, evidentemente, enquadrado na universidade com verbas que dizem respeito à mesma.

Um projecto multidisciplinar intensivo de curta ou média duração cobrindo as várias áreas científicas é caro mas, é a única forma de otimizar a gestão de uma pescaria plágica.

Para além de uma moderna investigação científica e para que o binómio (que é que é importante) homem-barco funcione bem, por isso, é urgente dinamizar a formação profissional. É outro vector.

Formação profissional que naturalmente deveria passar pela escola e infelizmente não passa ainda, porque as vertentes técnicas estão ausentes do ensino.

E infelizmente no nosso caso piscatório a borda de um barco é a carteira, onde se aprende a pescar. Temos esperança de que, rapidamente as nossas escolas preparem não apenas doutores, advogados e médicos, mas preparem gente para pescar, para a agricultura e para outras áreas. É a única forma de manter-mos cá as pessoas e de proporcionarmos um desenvolvimento harmonioso da nossa região.

É certo que se fizeram algumas acções no sentido da valorização dos nossos pescadores, sobretudo daqueles que tem nas embarcações cargos importantes. Mas é importante e é fundamentado sobretudo para não afungentar da pesca os jovens, dar-lhes uma formação adequada, própria, porque nós temos de compreender que quem vai para uma escola, tem de ter uma vocação e pode até ter vocação para ser pescador, agricultor, só que a escola não alimenta essa vocação. Portanto, este é um aspecto que deve fazer pensar todos nós e tem feito com certeza, porque a nossa escola nesse aspecto tem de facto, levar uma mudança e que é fundamental.

Portanto, é urgente, é urgentíssima de facto a formação profissional e que não se confine apenas a certas especializações.

Tocando num aspecto mais prático, sabemos todos nós que durante muitos anos os nossos pescadores encetavam a pesca do atum nos mares de Santa Maria e acabavam nas Flores. Era uma espécie de rota cumprida como um ritual.

Tudo se alterou e até as águas da Madeira e Porto Santo são soldadas pelas nossas traineiras em busca de atum.

Portanto, novos factores se põem neste momento e que de facto merecem ser analisados, tudo para melhorar as capturas.

Todos nós compreendemos que é dramático e foi dramático uma traineira encher os seus porões de peixe em 6 horas e depois levar 3 dias para o descarregar, mais 2 dias para fazer isca e por fim levar mais 3 dias para regressar ao local da pesca.

Como todos sabemos, o atum é migrador e poderá já não estar no lugar onde as traineiras o tinham pescado.

Alguns esforços estão a ser feitos nessa área. Isso é importante e fundamental.

Penso que uma das empresas sediadas nos Açores, construiu uma fábrica na Madeira, o que é importante. Não sei se está ou não em vias de concretizar a sua construção.

Neste momento, não sei se é possível encontrar um processo de haver uma rede de frio na Madeira, que vá proteger as pescas feitas nessa área e claro a aquisição de um barco frigorífico.

Penso que está um barco acostado à doca da Horta de uma empresa sediada na Região. Julgo que não tem condições e oxalá que a empresa não chegue a acordo com o armador que o queria vender e se opte por outro barco com maior dimensão. Porque as 200 toneladas, com 20 toneladas de congelação diária, não satisfaz o que a nossa frota neste momento necessita.

Há aspectos relacionados com tudo aquilo que acabei de dizer e que considero importantes.

Será fundamental antes demais, promover a associação entre todos os armadores e pescadores. Disto a Secretaria não tem culpa, mas vamos ter calma.

Pegar no pescador com a 4ª classe e fazer dele um mestre que mexe em aparelhos muito complicados, já foi um grande ganho. Agora criar e mudar a mentalidade dos nossos pescadores para uma associação "preme" é mais difícil, mas sem essa associação o processo é mais complicado.

Uma coisa são 15 traineiras espanholas juntas procurarem o peixe, outra coisa é uma das nossas traineiras encontrar peixe e fugir 3 dias para que os outros, não saibam que ela encontrou peixe. Tudo isto naturalmente, poderá e prejudica de certeza absoluta o volume de capturas e por isso é fundamental mudar esta mentalidade,

bem como fomentar a associação de armadores e pescadores e todos com a mesma preocupação de ganhos e diminuição de custos.

Os barcos de apoio terão uma importância muito grande porque permitirão que de um momento para o outro ou em 4, 5 dias, se façam capturas que de alguma maneira venham colmatar as épocas de escassez de peixe, onde não é possível de facto capturar.

Por isso a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas deve e fá-lo com certeza, apoiar esta iniciativa porque de facto é importante.

Não sei se será uma ideia descabida dizer que em relação ao isco ou isca como popularmente se diz, se deva optar pela contratação de algum barco que possa -como se faz noutros meios- apanhar isca e vendê-la, na medida em que seria de facto economizar tempo e como sabem as nossas traineiras tem perdido imenso tempo à procura de isca.

O chicharro tem faltado, nós não sabemos porquê. É uma questão de investigação e tem proporcionado grandes entraves à captura de atum.

Portanto, tudo isto que acabei de dizer, são achegas para de alguma maneira procurarmos evitar este insucesso de 2 anos e que pode causar desânimo a todos aqueles que estão envolvidos no sector das pescas.

O problema das pescas na Região Autónoma dos Açores, como área prioritária, é um problema bastante complexo e pode vir agudizar-se. Porquê? Porque é uma área aleatória de altos e baixos que provoca roturas e inconformismos para além de suportar os reflexos gravíssimos de assimetrias económicas que marcam muitas das regiões do globo - toda agente entende isto -.

Daí a nossa inclinação para o estabelecer de uma garantia salarial, sem nunca pôr em causa o regime de "soldada" que tem virtualidades e que devem manter-se. Penso que também esta é a opinião do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas. Estou convencido que é fácil o estabelecimento de uma garantia salarial na pesca do atum. Não será difícil, será muito mais difícil com certeza na pesca artesanal.

Em relação à pesca artesanal, gostaria de dizer que o grande problema seria a passagem dos pescadores que trabalham em barcos de "boca aberta" sem condições, para barcos mais bem apetrechados, capazes de fazer uma captura muito mais

rentável e noutras condições. Se nós conseguirmos mudar a mentalidade dos pescadores de alguma das nossas zonas piscatórias e fazer com que eles passem de facto do barco tipo "boca aberta" sem condições, para outro tipo de barco, nós vamos resolver dois problemas fundamentais. Em primeiro, vamos aumentar as capturas desta espécie de peixe, racionalizá-las e vamos fazer com que problemas complexos existentes na área social de alguma maneira também sejam resolvidos. Creio que este é o nosso contributo numa área que neste momento é complicada, mas com certeza sempre matizada com dose de esperança, porque quem tem o mar que nós temos, com certeza tem que ter esperança.

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pede a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, é um pouco inesperada porque é uma intervenção que eu pensava que deveria ser feita no Plano e Médio Prazo e não no Programa do Governo. Levanta várias questões -aliás V. Exa. é um entusiasta destas matérias- que teriam de facto necessidade de um longo debate. Mas em relação a algumas questões pontuais, eu gostaria aqui referir.

Em primeiro lugar e isto vou dar informação que não é minha, mas que nasce dos conhecimentos da investigação sobre esta matéria.

Os fenómenos que estão passando nos Açores em relação à pesca do atum não são novos. Os dados disponíveis permite-nos chegar à conclusão indiscutível de que estes fenómenos são cíclicos e que nas áreas do atlântico, onde nós pescamos na chamada margem norte, isto acontece com frequência. Nada aqui há de novo, até porque em relação às espécies disponíveis em termos de "stock" do Atlântico Norte

não há nenhum problema, segundo as indicações do organismo de investigação que se encarrega destes aspectos.

Agora, é também insofismável para nós que a safra do atum nos Açores deve obrigatoriamente, começar em Março e acabar muito perto do Natal. Não é possível continuar a fazer uma safra como se fazia aqui há uns anos, apenas dependente do peixe junto à costa, em circunstâncias que por vezes ocorrem e outras vezes não.

A safra deve começar em Março e acabar em Novembro, muito perto do Natal e isto porque os dados disponíveis para ai apontam. Aliás, as duas safras que o senhor aponta mais, tem duas características extremamente interessantes.

Se, se tivesse pescado em Março do ano passado, pelas contas que nós fizemos na Secretaria, a safra do ano passado tinha mais 3000 toneladas do que teve. O que significa que a safra do ano passado seria superior à média dos últimos 10 anos.

Quanto à safra deste ano, ocorre o fenómeno ao contrário. Neste momento as maiores capturas fizeram-se em Outubro e Novembro. Nós estamos com capturas no mês de Outubro e no mês de Novembro de 1992 superiores às do mês de Junho e Julho.

Todos os barcos que estão a pescar, infelizmente não são mais do que aqueles que na realidade o fazem, estão de facto pescando extremamente bem.

Mais do que isso, ontem recebemos dois mestres pescadores na Secretaria que pararam a pesca e sobretudo um deles dizia o seguinte: "Eu não pesco mais porque já não preciso. Estou satisfeito". Portanto, se de facto o fenómeno não fosse um fenómeno de empresário, porque muitas vezes pegar num mestre pescador e dar-lhe um barco não é fazê-lo de empresário. Se o fenómeno fosse como a ciência aponta e como está demonstrado na prática, começar em Março, acabar no Natal e potencializar a pesca, pois os barcos já podem ir mais longe, às 200, 300 milhas e fazê-lo em conjunto, não fazê-lo individualmente, provavelmente, nós já estávamos a falar de insucesso em 91 e nem sequer em sucesso de 92.

Chamo atenção que neste momento, se a frota estivesse toda a pescar e concretamente, estes dois mestres pescadores que tiveram ontem comigo, um deles dizia "eu já não quero pescar mais". Estaríamos neste momento, provavelmente a falar de uma boa safra em relação à média dos últimos 10 anos.

Há aqui portanto, um fenómeno que transcende tudo o que possa ser tecnologia no sector das pescas, tudo o que possa ser uma nova embarcação, o uso dela, etc, etc.

Quanto à questão do apoio à frota já o afirmei publicamente, já o escrevi de que os Açores se devem transformar "no padrão do Atlântico Norte na pesca de isco vivo". Por isso tem que dominar as águas perto da Madeira e das Canárias.

Eventualmente, numa 4ª fase poderem ir até Cabo Verde. Isso só se faz, construindo nessas áreas entrepostos frigoríficos pertencentes à Região. Isto porque as fábricas que abriram na Madeira não têm capacidade de congelação e de armazenagem. A Região deve possuir aí um entreposto, aliás a empresa da região com o nosso apoio já está lançada nesse projecto e já existe o terreno para esse fim.

Os navios disponíveis para isso Sr. Deputado, tecnicamente não existem. Os únicos navios que podiam apoiar o nosso tipo de pesca seriam os chamados cercadores, que não fazendo a pesca, faziam de congelação porque esses navios é que conseguem congelar por "salmoura" grandes quantidades de peixe. Não há navios congeladores que por "salmoura" conseguem...

Presidente: Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...congelar muito peixe. E por conseguinte a solução desse navio não é de facto possível.

Quanto à questão da garantia salarial, eu sou frontalmente contra ao estabelecimento de uma garantia salarial na pesca do atum. Tenho razões para isso e podia longamente, defender a minha tese que pode ser contrária à sua, obviamente.

Quanto ao navio de investigação ele já está em construção. Por outro lado (penso que ainda tenho alguns segundos) chamo atenção de que a própria rentabilização da frota do atum, que é um fenómeno extremamente importante, não só para os diferentes mestres mas também para as próprias fábricas, e aqui eu ressalvo que as fábricas só conseguem sobreviver nos Açores se comprarem o peixe, **no mínimo**, ao preço do mercado internacional porque se assim não for, e uma vez que elas têm que concorrer em conserva com os seus concorrentes que compram o peixe a esse preço, se não comprarem ao preço do mercado internacional, repito, não têm possibilidade de sobrevivência.

Existe, no entanto, um aspecto extremamente importante que poderia também potencializar essa frota, ou seja, a chamadas "descargas em fresco", com destino a mercados em fresco, quer o peixe chegue ao seu destino em fresco, quer chegue em congelado. Aliás, foi isso que se tentou fazer com a experiência dos espanhóis, para além de outras coisas e nunca conseguimos lá chegar, porque até hoje, que os barcos dos Açores fizessem aquilo que fazem as traineiras espanholas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para dar ou para pedir esclarecimentos. Tem a palavra.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não há dúvida nenhuma de que um dos grandes avanços é precisamente o facto de neste momento estarem no mar a pescar muitas da traineiras da nossa frota de atum. Estão no mar! Portanto, houve uma evolução, há traineiras que estão no mar, que começaram em Março e ainda continuam. Essas traineiras não conseguem de modo algum, - eu disse que há excepções - não conseguem capturar peixe que permita ter uma exploração rentável e positiva.

Portanto, tudo o que se fizer e foi aquilo que eu disse para melhorar esta situação é bem-vindo.

Gostaria de dizer que de facto, como o peixe passa e nós não sabemos quando, se as traineiras tivessem em Março do ano passado poderiam ter capturado mais. Mas, também poderia dizer, se na Madeira tivesse um barco de apoio com essas condições, durante duas semanas, hoje os números seriam completamente diferentes. Para melhor, não estava?!

Evidentemente, eu sei que é uma área aleatória, difícil mas tudo aquilo que se fizer e todos os esforços que se conjugarem no sentido de melhorarem o volume de capturas é importante e fundamental.

Se o Sr. Secretário diz, que uma garantia salarial não é possível porque de facto - eu não sei se é nesse sentido - se por exemplo os marinheiros recebessem um ordenado mínimo e no fim da safra acertando contas, vão deixar de trabalhar, se é nessa

perspectiva eu creio que também chegámos a uma situação em que há pessoas conscientes, há homens conscientes e há necessidades.

Eu penso que talvez fosse possível adiantar um ordenado, uma verba mínima, que não ia fazer com que o individuo deixasse de trabalhar, penso eu. E portanto, no acerto final as contas far-se-ão, mas eu repiso bem aquilo que disse, nunca deixando a "soldada" como meio de divisão, porque sei e acredito que este modelo é importante e fundamental.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na minha opinião pessoal, o estabelecimento do salário mínimo da garantia salarial iria evitar que essa gente trabalhasse.

Mais do que isso, acontece é que os salários...

Deputado Manuel Serpa: Diga?!

O Orador: Iria evitar que essa gente trabalhasse.

Deputado Manuel Serpa: Diga?!

O Orador: Evitava, evitava. Essa gente não trabalhava!

Por outro lado, o homem dos Açores que muitas vezes está no mar a pescar nos atuneiros, por vezes depara-se com o fenómeno seguinte: os salários em terra são de tal maneira aliciantes, que quando a pesca começa mal, dizem: "eu vou-me embora trabalhar para terra", porquê? Porque vai ganhar 4 contos por dia na agricultura, sendo trabalhador por conta de outrem.

Bem, isto é verdade na sua terra. Porque são os salários que neste momento se pagam, entre 3.500\$00 e 4.000\$00. Por isso é que eu sou frontalmente contra a garantia salarial.

Por outro lado em relação ao navio, não foi navio nenhum para a Madeira, porque era economicamente impossível, os custos de operação do navio eram de tal forma elevados, que esse atum ficaria por um preço incomportável para as fábricas.

Por outro lado, Sr. Deputado, se analisarmos os mestres que hoje são donos de embarcações que pescam pouco e se olharmos para o seu passado histórico em

termos de quantidade de pescado, quando pescaram em navios pertencentes à fábrica, vamos chegar à seguinte conclusão: os que eram bons transformam-se em melhores, isto em relação aos que não foram capazes de lá ficar. E não foi o facto de terem barco que os fez pescar mais.

Há aqui também um problema de empresário e de capacidade individual de pesca, que se tem demonstrado claramente. No caso presente funciona negativamente.

E se isto não fosse verdade, não havia neste momento cerca de 6 barcos na região, que estão acima da média da pesca dos últimos 10 anos. De facto, aqueles mestres mostram serem excelentes condutores de homens, excelentes pescadores e bons empresários, por isso chegam lá. Os outros, de facto não chegaram. É uma conclusão um pouco fria, mas esta é a verdade.

Porque se analisarmos as capturas feitas neste momento, com iguais estatísticas de capturas feitas nos barcos pertencentes às fábricas, chegamos rapidamente a esta conclusão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa, para mais esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não quero entrar em polémica, mas pelo menos foi adquirido um barco com esse fim.

Há uma tentativa de uma empresa sediada na Região, que tentou comprar um barco com esse fim. Se ela o tem ou se vai tê-lo agora, naturalmente, também teria sido possível antes. Embora eu compreenda que existam dificuldades nesse sentido.

É uma iniciativa que evidentemente, o Governo não é obrigado a tomar. Mas, a empresa tomou agora e se ela for viável, naturalmente que antes poder-se-ia ter tomado, -ninguém compreende, ninguém adivinha- mas de qualquer maneira, com certeza que podia ter existido um apoio diferente e as capturas logicamente seriam diferentes.

Mas eu não quero entrar em polémica, nesse campo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Sr. Deputado:

Já lhe disse que não havia disponibilidade de navios nessa altura, com estas características.

O navio que está aqui na Horta, adquirido por uma empresa da Região, é um navio que custou "meia dúzia de tostões", porque navios daqueles estão às vezes no mercado mundial às dezenas e a 60.000 contos cada um.

Mas aqueles navios não servem de facto para os nossos objectivos. Porque uma embarcação nossa, pescando 40 toneladas, aquele navio leva imenso tempo a congelar esse peixe. Não é um navio tecnicamente apropriado às nossas características. O único navio possível de utilizar nas nossas pescas seria o "cercador", não funcionando como navio de pesca mas, como navio de congelação. São navios extremamente caros. É inviável a sua manutenção nos Açores para uma pesca na Madeira.

Foi por isso que não se fez. Aliás, eu penso que este navio está aqui porque é muito barato. Como lhe disse, existem centenas de barcos, neste momento, quer nas Canárias quer em outros portos onde se pesca e em portos do Japão vende-se disso por "dez tostões". Só que esses navios se calhar o peixe que era para congelar não era só para destino à fábrica. Porque este navio congela a menos de 60 graus centígrados e esse peixe destinava-se ao mercado do Japão em congelado e não para o mercado de conserva. O que são coisas completamente diferentes, Sr. Deputado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O reforço e a promoção da identidade Açoriana é um dos objectivos do Programa do V Governo dos Açores que merece a nossa atenção e a nossa concordância.

Torna-se cada vez mais necessário, para não dizer imperioso consolidar e projectar para além dos nossos horizontes sempre iguais.

Esta forma peculiar de ser e de estar nestas nove ilhas, onde sobre as pedras negras construimos uma civilização insular e perpetuamos o sonho trazido há 500 anos por

homens e mulheres de rostos tisonados pelo sol, de lábios onde os beijos sabiam a mar, a aventura a sal.

E ao longo dos séculos fomos dando corpo ao conceito de açorianidade, que ainda hoje corre nas veias da diáspora, assumindo-se como o prolongamento de um povo que desafiou o tempo e cujas gerações foram deixando na terra de cada ilha dos Açores, impressões digitais gravadas a ouro na nossa história.

A açorianidade é um factor de enriquecimento da comunidade onde nos inserimos por vontade própria e livremente, e que se materializa nas inúmeras possibilidades que nas artes, nas letras, na cultura e na política ou até na economia, têm contribuindo para construir o Portugal de ontem, de hoje e de amanhã.

Para promover esta identidade, o Governo dos Açores propõe-se no seu Programa apoiar a Universidade e outros organismos, públicos e privados numa política de intercâmbios culturais, científicos e técnicos, tendo em vista projectar a cultura açoriana além fronteiras.

Advogo igualmente, o desenvolvimento de uma política cultural, económica e social, voltada para a afirmação dos Açores e dos Açorianos no contexto Nacional e Europeu, dando especial apoio para tal às associações profissionais e culturais.

Quanto à participação na construção europeia, o Programa do Governo oferece a disponibilidade dos Açores para receber a sede de instituições criadas no âmbito da comunidade, designadamente na área dos transportes e nos domínios da investigação do ambiente e dos recursos do mar e aposta no reforço dos circuitos de informação e de consulta múltipla.

A participação de membros do executivo açoriano em reuniões a nível do Governo da República na área de integração europeia, sempre que nas mesmas se tratem de matérias de interesse específico ou que digam directamente respeito aos Açores, é outro dos propósitos incluídos no Programa do Governo.

O Programa preconiza, ainda nesta área, um forte empenhamento do Governo na dinâmica europeia, participando activamente, nas associações europeias regionais e no comité das regiões que será implementado na sequência do Tratado da União Europeia. Acompanhar a actuação dos comités e grupos de trabalho do Conselho da Comunidade Europeia e assegurar a presença das estruturas técnicas de coordenação

das políticas comunitárias, são objectivos fundamentais para que nos projectemos como Região e como Povo.

Recorde-se que a Região Autónoma dos Açores, participa como membro activo nas seguintes associações regionais: Conferências das Regiões Periféricas Marítimas e na sua Comissão das Ilhas; Assembleia das Regiões da Europa e Comité das Comunas e Regiões da Europa.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, permite-me sugerir que a participação açoriana se estende à Comissão Permanente para os Assunto Internacionais da Assembleia Legislativa dos Açores, que poderá elaborar relatórios que visem habilitar o Plenário sobre a participação açoriana nesses organismos.

Por outro lado, o V Executivo dos Açores, pretende reformular os apoios de natureza técnica e económica decorrentes dos acordos internacionais que envolvam directamente os Açores.

Esta pretensão encontra-se expressa neste programa e tem por objectivo, o reforço da dinâmica do desenvolvimento social e económico dos Açores.

O documento sublinha ainda, ser fundamental em matérias de âmbito internacional, a procura de quadros de consenso com o Governo da República dadas as transformações verificadas nos últimos anos na geopolítica mundial.

O Programa do Governo preconiza ainda, uma permanente solidariedade activa do Estado na afirmação dos interesses dos Açores, junto de instâncias internacionais, os domínios da preservação do acesso aos recursos do mar e dos que derivam da presença de futuras de defesa e segurança dos Açores.

É por isso que aguardamos com um misto de interesse e de curiosidade, qual será a posição definitiva dos Estados Unidos da América sobre o seu destacamento na Base das Lajes e a sequente reacção Portuguesa. Uma vez que se fala como muita insistência que o nosso rendeiro, apenas quer pagar os custos de uso e o resto, perguntamos nós?

Será que Portugal por ter sido Presidente do "clube dos ricos" durante 6 meses, ficou mesmo rico e dispensa assim o justo pagamento pela utilização do seu território?

Dentro deste espírito e na sequência, o Governo Regional deve apostar na valorização do relacionamento político entre os arquipélagos atlânticos

ultrapерифéricos, que é determinante na formulação de projectos de interesse europeu a apresentar às instâncias comunitárias.

Advogamos igualmente o incremento da cooperação técnica e científica com outras regiões europeias mais avançadas, quer ao nível político-administrativo quer ao nível empresarial e universitário.

No quadro da acção externa do Estado Português, o Governo Regional preconiza a sua disponibilidade para aproximação com os países insulares de língua oficial Portuguesa, tendo em vista reforçar a cooperação em áreas como os transportes, agricultura, pecuária, turismo e pescas.

O desenvolvimento da cooperação entre as regiões periféricas da comunidade, através de programas e de incentivos à troca de experiências nos domínios económicos, cultural e político e a cooperação económica e financeira com a Comunidade Europeia, visando acelerar o desenvolvimento dos Açores, são outros os propósitos expresso no Programa que debatemos na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A valorização das comunidades açorianas emigradas, é uma outra das apostas sectoriais deste programa e que suscita, como não podia deixar de ser, a nossa curiosidade do nosso futuro acompanhamento.

O fenómeno emigratório não pode continuar a ser visto, como o resultado de quadros de vidas sem futuro e sem esperança, mas sim como factor de valorização de unidade familiar e de universalismo açoriano.

O retorno de açorianos emigrados, apesar de ainda ser pouco relevante, tem vindo a intensificar-se o que permite uma salutar interpenetração de culturas e de mundo evidências, que reforça a capacidade dos açorianos a enfrentarem os seus novos desafios.

A execução de esquemas de apoio à informação de e para as comunidades açorianas, a criação de incentivos à aproximação e cooperação entre as Casas dos Açores espalhadas pelo mundo e a promoção da participação cívica dos emigrantes nos países de destino, são objectivos válidos a que se acrescentam o reforço dos laços

culturais e políticos com as comunidades açorianas, através de incentivos à mobilidade e realizações conjuntas.

O apoio à futura inserção dos açorianos que emigrem e a realização do IV Congresso das Comunidades Açorianas, são alguns destes vectores importantes.

Salientamos ainda, a necessidade de serem desenvolvidos esquemas de informação e de incentivo ao intercâmbio entre os empresários de origem açoriana e os residentes nos Açores e concordamos com a criação de maiores apoios aos emigrantes que queiram regressar ou que estejam de visita aos Açores.

O nosso prolongamento como Povo, bem o merece, como merecia também votar nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, onde os representantes das nossa comunidades residentes nos países de acolhimento, podiam ter voz nesta tribuna, dando-se cumprimento finalmente ao preceituado nº 3 do artigo 11º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Há-de chegar ao dia em que isto aconteça, estou certo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.Membros do Governo:

Porque este documento dá continuidade à mudança que o Governo dos Açores iniciou há 16 anos, arrancando estas ilhas ao trágico fatalismo secular do seu desenvolvimento.

Porque este documento assume directrizes que são sempre susceptíveis de ajustamentos pontuais.

Porque este documento não é dogmático, nem extravasa a arrogância.

Porque este documento exprime a vertente humanista e personalista da Social Democracia.

Porque este documento emana da vontade maioritária do povo açoriano que, com tanto empenho servimos.

Porque este documento credibiliza o auto Governo dos Açores e é expoente de uma afirmação de dignidade, a que a primeira geração que deu corpo à Autonomia constitucional assumiu com coragem, sacrifício e frontalidade.

Porque este documento reforça os ideais de uma Autonomia dinâmica.

Porque este documento concretiza mais uma vez, a livre administração dos Açores pelos os açorianos.

Porque este documento é nosso, exclusivamente nosso, estaremos na votação final a dar o nosso acordo. A nossa solidariedade sem deixarmos, desde que necessário, de exercer o direito que nos assiste de alertar e contribuir para as inevitáveis correcções que um documento desta natureza sempre motiva, quando aplicado no dia a dia da vida da nossa comunidade insular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Democracia pela qual tanto lutamos, a vigilância responsável continua a ser necessária, mesmo com maioria confortável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PSD e Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Bruges.

Deputado José Bruges (CDS): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao aproximar-se o termo do debate do Programa do V Governo Regional, desejamos aqui deixar o resultado da vossa reflexão relativamente à forma como os trabalhos decorreram e sobre as ideias e comportamentos que aqui foram expressos.

Não podemos evitar a necessidade de exprimir uma profunda mágoa pela forma como nesta Assembleia, decorreram as sessões.

Por banda do Governo assistiu-se ao desenvolvimento de uma estratégia de esconder o que fosse possível esconder, refugiando-se, salvo raras excepções, nas generalidades da generalidade do programa. Ficámos todavia sabendo que a preocupação é grande, face às dificuldades financeiras que se avizinham.

Não entendemos no entanto porque houve tanta preocupação em lembrar as situações difíceis que se vivem nos países do Terceiro Mundo, na América Central - calcule-se - e nalguns países desenvolvidos, como a América, o Japão e a Alemanha, zonas e países cujas as conjunturas resultam de situações que nada têm a ver com a realidade açoriana.

Que qualquer crise internacional se reflecte na nossa débil economia, é facto que não precisa de ser lembrado. Muito menos será necessário fazer apelo ao Terceiro

Mundo, para nos lembrarmos da nossa pequenez e dos cuidados que se impõem à boa gestão dos nossos recursos. Não será necessário juntar motivos e justificações para evidenciar que a situação financeira da Região é preocupante.

É bom que se saiba que o CDS não deseja para os Açores um governo, seja ele qual for, e neste caso é o governo PSD, não deseja, dizíamos, para os Açores um governo fraco, um governo limitado, um governo estrangulado pelas dificuldades resultantes de um orçamento precário. Infelizmente não poderemos augurar tempos fáceis para o próximo quadriénio.

E se saímos desta sessão com dúvidas é porque o Governo não quis esclarecer devidamente esta Assembleia.

Durante o debate, ficámos na dúvida se terá o Governo ideias claras para a elaboração do Plano a Médio Prazo e o Orçamento, que em breve terá de submeter a esta Assembleia. Se tem ideias claras, ao não responder, ao não informar, ao não esclarecer devidamente as questões suscitadas, agiu de má fé e não respeitou esta Assembleia, o que é rigorosamente inaceitável.

Se não tem ideias claras, ficaremos naturalmente muito mais preocupados, porque, ao problema orçamental se irá juntar outro, por ventura mais grave, qual seja o de gerir a debilidade económica da Região no próximo ano.

É evidente que a situação da precaridade que agora se vive, resulta, como já tivemos oportunidade de referir, mas desejamos aqui vincar novamente, da acumulação de erros teimosamente assumidos como metas ideais.

Lamentaremos a possibilidade de termos um governo debilitado para enfrentar todos os problemas, todas as dificuldades que aí vêm.

O nosso desejo muito sincero, pode crer o Sr. Presidente do Governo Regional, é o de que tudo corra bem, para facilidade da Governação e benefício dos Açores. Mas nesta matéria, não acreditamos em milagres.

E porque não obtivemos resposta a nenhuma das perguntas feitas, a nenhuma das questões aqui por nós suscitadas e algumas reputamos da maior importância para o futuro dos Açores e para o esclarecimento devido das estratégias, queremos deixar o nosso mais veemente protesto pela omissão voluntária, que representa desrespeito institucional que pessoalmente não aceitamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O debate das ideias, a convicção dos princípios e os bons serviços à causa pública, não carecem, na nossa modesta opinião, de adjectivações que ultrapassem os limites do comportamento normal de pessoas civilizadas, que encontram na lógica e na boa aplicação do verbo, as armas suficientes para a afirmação da personalidade e defesa das hostes.

Salvo aquela aceitação baptismal do Governo, ante um Senhor Deputado, e uma ou outra intervenção jucosa, digna e ou convicta, que dignifica as pessoas, momentos houve de utilização de linguagem e atitudes que nada beneficiam e em nada enriquecem este parlamento e o respeito que devem merecer as instituições.

Faço votos para que no futuro, o Governo respeite a Assembleia e nós deputados, possamos dar o exemplo de civismo, de correcção e de respeito uns pelos os outros, dignificando assim os Açores.

Mais importante será aprofundarmos o debate, enriquecermos e valorizarmos as ideias e lutarmos dignamente pelos nossos ideais.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em conformidade com o estipulado no Estatuto Político Administrativo da Região, encontra-se reunida a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para a apreciação e discussão do programa do V Governo Regional dos Açores.

Programa este que constitui um documento de primordial importância, uma vez que define, em linhas gerais, a política a desenvolver nos próximos 4 anos, nas diferentes áreas e sectores.

Aquando da aprovação do Plano a Médio-Prazo 88/92, o Governo considerou o sector do turismo como área prioritária para o futuro desenvolvimento económico da Região, pela sua importância potenciadora na criação de riqueza e geradora de inúmeros postos de trabalho.

Sendo o turismo uma área que exige dos investidores muita disponibilidade financeira por serem investimentos de capital intensivo e cuja recuperação é lenta,

houve que criar diversos incentivos financeiros de forma a aliciar a iniciativa privada.

A resposta foi positiva e por todas as ilhas surgem novas unidades hoteleiras de qualidade, que irão contribuir para o aumento de postos de trabalho, resolvendo o problema que existe no seio da juventude no que se refere à sua entrada no mercado do trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa privada respondeu ao desafio e bem, mas agora as entidades regionais e locais deverão investir noutros campos, como sejam as infra-estruturas locais nas zonas de veraneio aumentando a qualidade dos serviços à disposição, tanto de locais, como para aqueles que nos visitam.

A animação turística é um factor importante para a captação e fixação dos mesmos, sendo necessário continuar a apoiar as iniciativas locais, sejam elas de âmbito cultural ou desportivo, de forma a termos um produto turístico completo e apetecível com possibilidades de colocação no mercado internacional.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo o turismo uma área essencialmente privada há que fomentar junto dos operadores turísticos a abertura a novos mercados, bem como a divulgação da nova realidade em termos de disponibilidade de camas em todas as ilhas.

Esta nova realidade requer uma postura diferente destes agentes na criação de novos circuitos turísticos abrangendo o todo Regional, única forma de se rentabilizar os investimentos efectuados em toda a Região.

Sendo o turismo uma área muito exigente no que se refere à qualidade do trabalho prestado pelos diferentes agentes que nele actuam, a formação profissional é uma componente da maior importância se queremos ser uma Região procurada e desejada pelos circuitos internacionais.

Muito se tem feito neste campo, mas há que, junto dos empresários, fazer-lhes ver da necessidade de reciclagem dos seus trabalhadores para que se mantenha o grau de conhecimento e qualidade dos serviços a prestar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso turismo, baseia-se principalmente na qualidade da nossa paisagem, na ausência de poluição ou seja um meio ambiente que começa a escassear pelo mundo inteiro.

Há que manter esta situação apostando no ordenamento cuidado dos empreendimentos a levar a efeito nas diferentes ilhas. Não podemos agir a exemplo de outros locais onde os investimentos e investidores exerceram uma pressão incontrolável sobre o meio ambiente destruindo a qualidade de vida dos locais e comprometendo desenvolvimento futuro das zonas onde tal aconteceu.

O programa do Governo aqui analisado dá resposta a todos estes problemas que aqui quis trazer para nossa reflexão.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Ao apresentar-me pela primeira vez nesta tribuna, gostaria de saudar V. Ex^a Sr. Presidente da Assembleia, todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados eleitos, bem como os Srs. Membros do Governo.

Era minha intenção não intervir no debate do Programa do V Governo, uma vez que na bancada do Partido Social Democrata estão pessoas - e muitas - com mais e melhor experiência parlamentar do que eu.

Era esta a minha santa ignorância parlamentar.

Porque entendia que a discussão de um programa do Governo se deveria cingir precisamente a isso. No entanto, os Srs. Deputados da oposição, eleitos pela Ilha das Flores e com assento nesta Assembleia há já uma Legislatura, acharam por bem trazer assuntos que se enquadrariam melhor na discussão do Plano. Daí a razão desta minha intervenção.

Como cidadão açoriano e como responsável partidário na Ilha das Flores, segui atentamente o desenrolar dos acontecimentos da última Legislatura, nomeadamente os que se referiram ao último ano e meio.

Tinha ficado com a ideia, errada pelo que vejo, de que os profetas da desgraça teriam desaparecido com o terminus dessa Legislatura.

Deputado Carlos César (PS): Foram todos para o Governo!

O Orador: Gostaria de dizer que concordo com alguns dos pontos enumerados pelos Srs. Deputados eleitos pela Ilha das Flores.

Não se enervem Srs. deputados! Mas também gostaria de dizer que para se fazer uma lista das necessidades da nossa ilha não é necessário ser-se Deputado.

Qualquer cidadão florentino, e num minuto, a pode fazer. E mais completa do que as apresentadas por V. Ex^{as}.

(Risos do Deputado Carlos César)

O Orador: O que importa é comparar a obra feita, a obra realizada, com a obra por fazer.

O que importa é ver as obras que, embora só num passado recente, foram feitas. Mas foram feitas.

O que importa é ver as obras que neste momento estão a ser feitas. Estão a sê-lo.

O que importa, Sr. Presidente e Srs. Deputados é não esconder a verdade.

Vozes da bancada do PSD e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E o Sr. Deputado Rogério Serpa escondeu a verdade. Ao vir reclamar a necessidade de um voo aos sábados para a Ilha das Flores -que eu também reclamo -
...

Deputado Carlos César (PS): Ah!

O Orador: ...o Sr. Deputado esqueceu-se que o Aeroporto das Flores está sob a administração da ANA, EP. e que só depois dos seus trabalhadores manifestarem desejos de trabalhar ao sábado -o que se espera que venha a ser conseguido a breve trecho - é que será possível os aviões da SATA operarem aos sábados na Ilha das Flores.

Aliás, este assunto não é novo para o Sr. Deputado, pois durante a pré-campanha eleitoral e só durante a pré-campanha eleitoral, V. Ex^a fez várias reuniões com os trabalhadores do aeroporto das Flores e com a sua comissão.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Risos da bancada do Governo)

O Orador: O mesmo Sr. Deputado refere que existem 4 freguesias na Ilha das Flores que não têm sinal televisivo e que se acabou com mais uma zona escura - a de Ponta Delgada -.

Como o Sr. Deputado anda bem arredado destas situações. Mas vou tentar esclarecer V. Ex^a.

No que se refere às 4 freguesias, Fajã Grande, Fajãzinha, Mosteiro e Lajedo, nelas existe cobertura televisiva, embora sendo as expensas da Câmara Municipal das Lajes das Flores que, ainda recentemente, montou uma torre no local sobranceiro...

Deputado Francisco Sousa (PS): Ora aí está! À grande Cristiano!

O Orador: à freguesia da Fajãzinha, para uma melhor retransmissão.

No respeitante à freguesia de Ponta Delgada, não era considerada, nem o podia ser, uma zona escura. Era uma zona onde o sinal recebido, sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, não era da mesma qualidade que no restante da Ilha. Esse problema foi ultrapassado com a montagem de uma antena no Morro Alto dirigida para os Pontos Técnicos dos Franceses e dali, também a expensas da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, foi montado um retransmissor que abrange toda a freguesia de Ponta Delgada e com a mesma qualidade de sinal que no restante da ilha. Ou seja, neste momento, toda a Ilha das Flores, - repito toda a Ilha das Flores, - está coberta em termos televisivos, embora a cobertura de algumas localidades seja feita com meios técnicos e humanos das Câmaras Municipais da Ilha, a quem eu quero manifestar, publicamente, o meu apreço por esse facto.

Vozes do governo: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Isso é que é cooperação!

O Orador: Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, regozijo-me imenso que o teor das intervenções que o Sr. Deputado costumava apresentar nesta Assembleia nada terem a ver com a apresentada ontem. Dos assuntos que o Sr. Deputado costumava enumerar - e eram sempre os mesmos - poucos constam na sua intervenção de agora.

Prova evidente do muito que se tem investido e se vem investindo na nossa ilha.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Quanto à intervenção, gostaria de me debruçar sobre a pretensão que V. Ex^a apresenta ao nível do ensino, citando duas passagens:

Primeira, "o que em nosso entender, nas Flores tem obrigatoriamente de passar pela construção duma Escola Preparatória nas Lajes e pela implementação do 10º, 11º e 12º anos".

A segunda, "numa ilha onde nem existem para venda os manuais para o ensino obrigatório, não podemos acreditar na igualdade de oportunidades propostas". Citei.

Quanto à sua primeira afirmação, entendo que é necessário, diria mesmo forçoso implementar o 10º e 11º anos nas Flores. Só depois dessa implementação e com a necessária melhoria do ensino é que se poderá avançar com a Escola Preparatória nas Lajes das Flores. Para bem dos nossos filhos e para bem do ensino naquela ilha. Desconheço, porque razão V. Ex^a não concretize, qual a sua opinião acerca das prioridades deste assunto. Acho que não será suficiente dizer-se que tem que se construir uma Escola Preparatória nas Lajes e implementar o 10º, 11º e 12º Anos.

No tocante à segunda afirmação, pasmei Sr. Deputado, quando a ouvi. Pois não querem ver, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que depois das lufadas que nos vem do Leste e com o fim do comunismo, o Sr. Deputado Paulo Valadão quer mandar o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, ou alguém a mando dele, para a Ilha das Flores vender os manuais para o ensino obrigatório?

Muito obrigado.

(*Aplausos da bancada do PSD e do Governo*):

Presidente: Sr. Deputado Paulo Valadão, pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Paulo Valadão (PCP): É para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para defesa da honra.

(Risos da Câmara).

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados...

(Risos da Câmara).

O Orador: ...Srs. Membros do Governo Regional:

Como é meu timbre aqui nesta Casa, vou exclusivamente cindir-me ao Regimento.

Vou efectivamente, intervir dentro dos três minutos a que tenho direito, no sentido da defesa da honra.

Porque considero que fui atingido, quando o Sr. Deputado do Partido Social Democrata vem especificar e explicitar aspectos da minha intervenção de ontem, feita aqui nesta Casa, citando determinados aspectos e não na sua totalidade.

Em oportuna intervenção voltarei a este assunto.

Não o faço neste momento porque considero que aí sim, estaria a extravasar aquilo que o Regimento dá-me direito.

Efectivamente, penso que é na defesa da minha honra, que estou aqui a exigir, que quando se cita determinada passagem do mesmo assunto, há que citá-lo em toda a sua extensão.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Serpa, pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Rogério Serpa (PS): É para um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para um esclarecimento.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, infeliz!

Eu acho que ele começou muito mal nesta Casa.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Julgo que deu o passo maior do que a perna...

(Risos da bancada do PSD).

O Orador: ...e fez-me lembrar uma pessoa que falava da mesma maneira e que ficou em casa nestas eleições.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Porque...

(Risos da Câmara).

O Orador: ...porque o Sr. Deputado Carlos Silva, ou melhor, a única qualidade que o Povo da Ilha das Flores reconhece no Sr. Carlos Silva, é ser do PSD.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Isso é um elogio "cavalar"!

O Orador: Porque se estivesse noutra partido qualquer, não tinha conseguido chegar a esta Casa.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e do Governo).

O Orador: Não tem um passado como Administrador do Hospital do qual se possa vangloriar.

Deputado Jorge Cabral: Mas o que é isto?!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Insultar assim, não vale!

O Orador: Vamos ter muito tempo para discutir no Plano e Orçamento, todos os aspectos que ele referiu e outros.

E é só Srs. Deputados.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O Sr. precisa dum médico!

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Arruda, pede a palavra com que finalidade?

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD):

Deputado Rogério Serpa (PS): Verdades! São tudo verdades!!!

Vozes do PSD e do Governo: Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus, controle-se!

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado Jorge Cabral (PSD) : Não se consegue.

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado Fernando Fonte (PS): Tens muita sorte...

Presidente. Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Barros.

Os apartes, fazem parte da prática parlamentar e são regimentais, desde que sejam apartes convenientes e que não afecte a dignidade das pessoas.

Não é isso que nós queremos neste nosso debate parlamentar. Gostaria de pedir aos Srs. Deputados, que tentássemos encontrar formas de alguma maneira delicada, por forma a exprimirmos o nosso pensamento, sem ofender ninguém.

Percebo a veemência com o Sr. Deputado Rogério Serpa interveio neste caso, mas pedir-lhe-ia que tivesse este meu pedido em consideração.

Agora, pediria ao Sr. Deputado Manuel Arruda que me dissesse qual a finalidade da sua intervenção.

Deputado Manuel Arruda (PSD): É para protestar, Sr. Presidente.

Presidente: Para um protesto. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria protestar perante as afirmações inqualificáveis do Sr. Deputado Rogério Serpa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Senhor insultou um Deputado desta bancada. Não é hábito isto acontecer aqui.

Gostaria de lembrar que quem avalia os deputados, é o povo desta Região.

(Aplausos da bancada do PSD):

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Silva, tem legitimidade idêntica a todos os outros que aqui estão e agradecia que em futuras intervenções pugnassem pela dignidade e pelo respeito para com os outros.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo).

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo apresenta a esta Câmara o seu Programa. É em nossa opinião um documento da maior relevância política, já que nele se visa pôr em discussão as principais linhas de orientação política, que condicionarão a acção do Governo e a vida dos açorianos nos próximos quatro anos.

Este programa não é apenas para dar continuidade ao anterior, é também, para dar resposta aos novos desafios, que a Região será confrontada no futuro.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Alguém disse um dia que "A base de todo o estado é a EDUCAÇÃO DA SUA JUVENTUDE". Assim, o Programa de Governo em debate mantém a educação na primeira linha das prioridades, porque a valorização dos recursos humanos é decisiva para uma formação integrada dos jovens.

Demonstra o Programa que o PSD continua a esforçar-se para oferecer aos jovens açorianos mais e melhor educação.

Com este programa, o PSD continua a garantir a participação da juventude na construção de uns Açores melhores.

A nossa capacidade criativa, mesmo no exercício do poder há mais de 16 anos, continua maior do que os recursos disponíveis.

Nos próximos quatro anos, devemos acelerar a aplicação da reforma educativa na Região.

Estamos confiantes que a presente legislatura deverá, por isso, ficar marcada pela aceleração de todo o processo da reforma educativa, salvaguardando as nossas especificidades.

É inegável o enorme esforço financeiro que o Governo aplicou nos últimos anos na melhoria da rede de edifícios e de equipamento, para dar suporte às alterações qualitativas do sistema educativo.

Cientes que este programa contempla as grandes orientações que permitirão continuar a disponibilizar e permitir meios para garantir o sucesso escolar, combatendo eficazmente o insucesso e essa outra forma de insucesso que é o abandono escolar.

Também preconiza formas de minorar o novo analfabetismo, que é o daqueles que não cumprem a escolaridade obrigatória.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Algumas das referências ao Programa eleitoral do Partido Socialista.

A ausência de referência a uma área como a da Juventude no Programa eleitoral do Partido Socialista, colheu de surpresa a maioria dos jovens desta Região.

Colheu de surpresa, porque o PS e o seu pseudo candidato a Presidente do Governo, encheram a boca ao falar de juventude durante a campanha eleitoral, organizando várias manifestações para tentar mobilizar os jovens.

Cheguei a pensar que faltava alguma página no exemplar que possuía. Mas não! Confirmei que a enciclopédia "Os Açores Primeiro", não contemplava a área da Juventude.

Assim, terminava, antes de começar, o "namoro pegado" entre a juventude e o derrotado candidato a Presidente do Governo do Partido Socialista.

Constata-se que o Programa eleitoral de Governo do Partido Socialista, "Os Açores Primeiro", nem em último lugar coloca os jovens.

Essa realidade, também se confirma olhando para o Grupo Parlamentar do PS, onde não existe nenhum Deputado com menos de 30 anos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Falta de renovação!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Assumem que, se fossem governo, decretavam fim à política de juventude que tem contado com a participação da maioria dos jovens açorianos..

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Depois quando alguém...

V. Exa. é o Deputado indicado pela Juventude Socialista?!

Depois, quando alguém perguntar pelos jovens, respondem "não obrigado", como fazem e tratam a sua organização de juventude.

Enquanto o PSD, apoia e deseja que a JSD seja uma grande organização, permitindo a sua representação a todos os níveis, até nesta casa; infelizmente para o nosso sistema democrático, o PS aposta no esvaziamento e na secundarização da Juventude Socialista.

É com preocupação que nos apercebemos que cada vez mais, a JSD está sozinha na perspectiva que nós sociais democratas, denominamos de desafio geracional da política.

É combatendo e indisponibilizando meios, às organizações de Juventude, que se trava o aparecimento de quadros e se consolida a perpetuação dos políticos perdedores.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não posso neste momento deixar de dirigir um cumprimento especial ao Senhor Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral.

Vossa Excelência tem prestigiado os governos que dirigiu e honrado o Partido de que é Presidente e de que somos militantes.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Mas ele sabe ler!

Aqui a nossa governação já atravessou todos os tempos e todas as dificuldades.

Não são fáceis os desafios que esperam Vossa Excelência nos próximos quatro anos.

Sabendo, contudo, que lhe assiste o saber, a competência e a determinação para levar por diante a difícil tarefa de ir ao leme dos Açores.

Os Deputados do PSD não lhe faltarão nem com o apoio leal, nem com o estímulo crítico, nem com a solidariedade autêntica que nos une no mesmo compromisso perante os açorianos.

Os Deputados do PSD serão nesta casa o suporte político leal e convicto do Governo, tarefa que assumiram sem tibiezas ou complexos.

Ao nosso Grupo Parlamentar, incumbe a obrigação de dar-lhe a sua quota parte do contributo para cumprir de forma honrada os compromissos firmados perante o Povo açoriano na última campanha e traduzido no Programa do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ao contrário do PS, o PSD está forte, unido ao redor do seu líder Dr. Mota Amaral, estando pronto a satisfazer os novos desafios que se colocam ao Povo dos Açores.

Termino afirmando, que a maior angústia da oposição reside na convicção que o nosso Programa do Governo, tal como no passado, será mesmo para cumprir.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo:

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras e Srs. Deputados:

Aproveito a minha primeira intervenção no início desta legislatura para saudar os Senhores Deputados, especialmente todos aqueles que, **pela primeira vez**, têm a honra mas também o dever e a responsabilidade acrescida de servirem com dedicação, empenho, competência e verdade todos os eleitores que lhes confiaram o voto.

Saúdo também, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, por mais uma vez ter merecido a confiança desta Casa e saúdo, também, o Senhor Presidente do Governo Regional por, também, ter merecido uma vez mais confiança do Partido Social Democrata para formar governo. Aliás, **confiança e crédito** que a grande maioria do povo açoriano avalisou nas urnas, por forma **clara e inequívoca**. Formulo ao Governo Regional os melhores votos pessoais e profissionais nas tarefas a desenvolver em benefício dos Açores e da sua gente. A capacidade de trabalho com que o Presidente do Governo Regional e os vários elementos do Partido Social Democrata têm demonstrado no Governo ao longo destes 16 anos, aliada a uma reconhecida experiência política, a uma estrutura moral que se tem mostrado irrepreensível durante todo este lapso de tempo, são o garante da Autonomia que queremos tranquila para um desenvolvimento harmonioso dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados:

Aquando da apresentação do Programa do IV Governo Regional, em Dezembro de 1988, disse nesta câmara algumas palavras que não resisto à tentação de repetir, e que com a vossa permissão passo a citar:...

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado.

..."chegou a altura - concluídas ou quase, as estruturas básicas indispensáveis - de se cumprirem **objectivos de carácter eminentemente social, visando o bem estar das pessoas**. É a casa que se vai fazendo com absoluto respeito das regras de construção. Acabados os alicerces e as paredes, terá o IV Governo o encargo de colocar o telhado e não permitir **que seja a oposição a entregar as chaves como se de obra sua se tratasse**. E então a população destas ilhas avaliará correctamente quem lhe

tem dedicado **trabalho e obra**, não caindo na tentação de se deixar embalar pelo canto da sereia" - fim de citação.

Sem pretensões de adivinho, convenhamos que tais palavras **proferidas há 4 anos** têm integral cabimento e actualidade por traduzirem os acontecimentos verificados ao longo do último mandato, espelhando a realidade em que nos encontramos.

Senão vejamos: o programa do IV Governo apresentava como áreas prioritárias de inegável carácter social as seguintes: **educação, cultura, qualidade de vida, emprego e turismo**. Preconizava, ainda, a conclusão de estruturas básicas indispensáveis ao desenvolvimento e relançamento de algumas obras públicas de evidente prioridade.

Manda a verdade que se diga que as estruturas e obras se concluíram. Elas aí estão à vista de todos. **E não foi a oposição felizmente que entregou as chaves. Foi o Governo.**

Os objectivos de carácter eminentemente social foram cumpridos: **desenvolveu-se o turismo, baixou-se a taxa de desemprego e é nítida a melhoria da qualidade de vida.**

O povo viu o trabalho e apreciou a obra.

E como disse, insensível ao canto da sereia, votou novamente no PSD, indicando com toda a clareza que queria de novo o Presidente deste Partido para Presidente do Governo.

Demonstrada ficou, minhas senhoras e meus senhores, a actualidade das palavras que aqui disse em 1988.

Contará, portanto este Governo, com o nosso inteiro apoio para prosseguir os objectivos que o Programa do V Governo se propõe.

Os açorianos assim o quiseram. Nós saberemos interpretar a sua vontade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tenho ouvido nesta Câmara - a propósito do Programa do V Governo - algumas coisas de espantar. Mas a crítica mais inacreditável foi a de que entre o Programa do V Governo e o programa que o PSD apresentou ao eleitorado pouca, ou nenhuma, diferença fazia.

Por outras palavras, o programa que o V Governo aqui apresenta para apreciação e discussão seria no entender da oposição quase um decalque do programa do Partido. Julgava eu - santa inocência minha - que as eleições eram disputadas entre os Partidos políticos, legalmente constituídos, que se apresentassem ao acto eleitoral. E julgava, também, ser liminar dever dos Partidos apresentarem um programa eleitoral no qual se explanassem as linhas de orientação, os objectivos a atingir e os projectos a concretizar, a fim de que os cidadãos pudessem, **livremente**, optar entre os vários programas em confronto, obviamente da responsabilidade dos Partidos concorrentes.

E julgava, ainda - redobrada inocência a minha - que seria **eticamente condenável** que qualquer Partido vencedor viesse, **depois, com a maior desfaçatez**, apresentar na Assembleia um Programa diferente daquele que o eleitorado sufragara massivamente. Ou seja, julgava eu - **peregrina inocência** a minha - que "**vender gato por lebre**" era uma coisa feia, própria apenas de gente sem palavra.

Porém, ouvindo aqui a oposição socialista - estas cândidas almas com que Nosso Senhor nos brindou -...

(Risos da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: ... afirmarem **alto e bom som** que o Governo devia apresentar **outro programa que não o do PSD**, fiquei confundido e fiquei desconfiado. Confundido, não fossem a minha inocência e ignorância em ciência política de tal modo excessivas que não admitisse poder a oposição socialista eventualmente ter razão.

Desconfiado, congeminei que o PS deveria ter um Programa e um Projecto. Como não lhe conhecia o Programa **mas tão somente o Projecto que divulgou ao eleitorado**, mais desconfiado fiquei. Pois só assim poderia entender a critica ao Governo de apresentar o programa do PSD.

Então o Partido Socialista se tivesse ganho as eleições não teria apresentado como Programa de governo o projecto que divulgou ao eleitorado? Porquê?

Interroguei-me em séria dúvida cartesiana. Depois de uma noite de insónias, alinhei algumas premissas que me ajudassem a resolver o embróglio. Assim:

1.^a Premissa - O Partido Socialista tinha um candidato a Presidente do governo que não era socialista.

2.^a Premissa - O candidato tinha até anti-corpos socialistas no sangue, como o deu a entender, várias vezes, antes e durante a campanha.

3.^a Premissa - E quiçá, receoso de contaminação, teve até o cuidado de arranjar sede própria para a sua candidatura.

4.^a Premissa - Certamente, na boa lógica, **teria o seu projecto próprio** para governar os Açores.

5.^a Premissa - Não ousou, no entanto, divulgá-lo. **Seria excessivo.**

6.^a Premissa - Só assim se poderá compreender a atitude do PS em querer que o Governo apresente um Programa diferente do PSD. Embora cheio de sono fui raciocinando e cheguei às seguintes conclusões intermédias:

1.^a - O povo é ingénua, mas atavicamente desconfiado, Sr. Deputado.

2.^a - O povo não é tolo, **mas precavido**, não gosta de ser confundido ou enganado.

3.^a - O povo compreendeu que não **podia votar num projecto de que desconhecia o verdadeiro programa ou votar para Presidente do Governo uma ficção de programa sem qualquer projecto político consequente.**

Vozes da bancada do PSD e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Silogisticamente falando fiquei tranquilo.** Afinal, eu também sou povo e, conseqüentemente, ingénua e desconfiado, mas precavido e não tolo. Por isso mesmo dei a minha adesão ao programa dum Partido que faz dele programa do governo. **Coerentemente.**

Conclusão final:

Grande mestre em ciência política é o povo. Foram-se as insónias e dormi tranquilo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os quatro anos que temos pela frente, atrevo-me a dizê-lo, apresentam-se recheados de dificuldades.

Iniciou-se um período de recessão económica na Europa, cujos contornos estão definidos, mas que ninguém conseguirá, por enquanto, adivinhar todas as conseqüências e prever uma limitação temporal. O sinal de alarme, no entender de

reputados analistas internacionais, foi dado pelo BUNDESBANK - o banco central alemão - quando deixou de garantir o crédito à exportação de várias empresas germânicas.

Consequência: falência de muitas empresas e gravíssimos déficits em quase todas as grandes indústrias com particular destaque nas áreas da electrónica, da petroquímica e das chamadas indústrias pesadas (siderurgia e maquinaria de grande porte).

Causas: a descapitalização do banco central com a integração da Alemanha de Leste e a intervenção no mercado de capitais para assegurar a cotação do marco.

O desemprego alastra pela Europa, fruto das dificuldades económicas que todos os países vão sentindo também. E com o **desemprego** vêm, inevitavelmente, ao de cima os **conflitos sociais**. A economia açoriana, fortemente dependente do exterior, sofrerá as consequências dos mercados europeus. E não poderá, creio eu, contar com o apoio do continente Norte Americano, Canadá e Estados Unidos, atravessem, igualmente, uma grave situação que chegou a recuar-se, ainda não há muito tempo, poder atingir os níveis preocupantes da grande recessão de 1929. A grande aposta do Partido Democrático nas eleições americanas será a de fortalecer a sua economia interna.

Aliás, a tradição deste Partido nunca foi vocacionada, em termos de política externa, para o apoio financeiro aos seus aliados. Daí que, em meu entender **deveremos contar essencialmente connosco**. Com a nossa capacidade de gerir bem os poucos recursos de que dispomos, optando pelo investimento reprodutivo através do relançamento da iniciativa privada. Sem descurar que há investimento público que tem que ser feito. **Chegou a altura dos empresários açorianos mostrarem o que valem**. As infra-estruturas já atingiram níveis satisfatórios em todas as ilhas. Os incentivos existem, requiere-se trabalho, capacidade e visão empresarial. O Programa do V Governo aposta forte no desenvolvimento e na modernização da sociedade e da economia açoriana.

Aposta na manutenção de baixas taxas de desemprego, e da inflação. Aposta no aumento do poder de compra, da melhoria da qualidade de vida. Na manutenção da paz social, através do desenvolvimento da concertação social. Aposta na

implementação de programas específicos que contribuam para um rápido progresso e desenvolvimento. Este programa tem um forte pendor social, visando o bem estar do cidadão, a par equilibradamente dum conjunto de medidas estruturais de apoio à iniciativa empresarial, quer privada quer pública.

Este Programa meus senhores, é um Programa **consequente. Não é um hiato, nem um conjunto de medidas circunstanciais tomadas à revelia da realidade dos Açores e dos açorianos.**

Quem com atenção e seriedade, tem acompanhado o progresso dos Açores, que a Autonomia tem proporcionado ao longo dos últimos 16 anos, necessariamente terá de reconhecer que a face deste Arquipélago mudou radicalmente. E não me venha a oposição repetir - como já várias vezes aqui ouvi - que 16 anos é muito tempo. Que se poderia ter feito muito mais. A resposta a tal acusação deu-a, uma vez mais, o povo açoriano nestas eleições.

Já era altura desta oposição compreender que 16 anos não passam de mais que um grão de areia na máquina do tempo, quando se trata de medir a idade dos povos, de um país ou de uma Região. Portugal tem mais de 800 anos como nação livre soberana e, ainda hoje, não se conseguiu em muitíssimas zonas atingir os níveis de bem estar social e desenvolvimento que, **apenas em 16 anos,** já se conseguem usufruir nos Açores. Esta, meus Senhores, é que é a pura realidade. E se não acreditam visitem, mas **com olhos de ver,** Trás-os Montes, as Beiras interiores e o Alentejo. E depois continuem a dizer mal da Autonomia.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Que é o seu caso.

E depois continuem a dizer mal da Autonomia, do Partido e do Governo que lhe deu tradução material.

A nós importa-nos, Sr. Deputado, apenas o juízo do Povo. Deixem o Governo governar, continuem entretidos com críticas bizarras, olhando embevecidos o umbigo. Tenham porém, ao menos o mínimo, dos mínimos, de coerência. Só se pode exigir responsabilidades e pedir contas quando confiamos numa pessoa ou num

projecto e nos sentimos defraudados no fim. Não dar a nossa confiança ou, pelo menos, o benefício da dúvida que a abstenção inculca, retira a qualquer pessoa que se considere séria, o direito de critica construtiva, objectiva e imparcial.

O PSD e o Governo já estão, no entanto, habituados a esta oposição que temos.

E o Povo açoriano deu-se conta disso ao longo do último ano da anterior legislatura.

Gostou tanto do espectáculo que não o quis ver repetido.

Por isso, deu ao PSD sólida maioria para governar os próximos quatro anos. Seria bom que a oposição meditasse e aprendesse.

Infelizmente, não acreditamos. Diz um antigo ditado popular que "burro velho não aprende línguas". Nós acreditamos que a oposição, com apenas 16 anos, não seja velha. Por isso temos esperança que aprendam muitas línguas e, com a devida vénia, recomendo que aprendam depressa a língua portuguesa que os açorianos falam. Caso contrário, nunca mais entenderão o que o povo açoriano deseja. E depois não se queixem que os açorianos continuem a escolher o PSD. E que o PSD continue a acreditar que é o Dr. Mota Amaral quem melhores condições reúne para formar governo.

Aqui fica, meu senhores da oposição o meu alerta.

Bem sei que o meu aviso cairá em saco roto. Aliás, faço votos que sintam **muita dificuldade** em compreender o que o Povo quer.

Não tenho dúvidas , aliás seria o melhor que poderia acontecer aos Açores.

(Aplausos da bancada do Governo e PSD)

Presidente: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente Srs. Deputados Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Evaristo:

Faço a pergunta já à cabeça. Por acaso, a sua insónia dura há quatro anos?

É que foi há quatro anos que aqui nesta Assembleia alguém falou em construir alicerces, rasgar paredes, pôr o tecto. E o Sr. Deputado a seguir retorquiu nos termos que aqui citou, no entanto esqueceu a fonte e citou apenas um dos ramos.

Em relação à distinção entre o Programa Eleitoral e Programa Parlamentar do Governo, fundamentou uma vastíssima especulação que lhe é habitual. Do Direito, Sr. Deputado, costuma conhecer a letra e alterar o pensamento. Neste caso nem respeita a letra, nem o pensamento.

Esta distinção entre Programa Eleitoral e Programa Parlamentar do Governo, foi referida nesta Assembleia pela mesma pessoa que usou a outra metáfora, também há quatro anos.

Isto "deita por terra" toda a sua especulação e é fácil compreender a distinção que o PSD faz. Efectivamente, não compreende, nem quando apresenta o Programa do Governo, nem quando apresenta o Plano. Só compreende quando apresenta o Orçamento, porque realmente, não pode fugir aos números.

Eu lembro-me e vou facilitar a sua compreensão insone e tentar dar uma comparação utilizada há quatro anos.

Eu recordo-me que o PSD, pelo menos há quatro anos fez o contrário. Recordo-me de um tempo de antena em que este prometeu, aumentar nos próximos quatro anos as capturas para umas 20 000 toneladas. Isto foi num tempo de antena do PSD, há quatro anos.

O Programa Eleitoral do Governo dizia, vamos aumentar as capturas. Aqui, o PSD conseguiu inverter os papéis. Aquilo que nós precisávamos no Programa Parlamentar de Governo, é que deve ser um Programa realizável e fiscalizável durante quatro anos. Isto é que é um Programa Parlamentar do Governo para poder ser apreciado, seguido, fiscalizado e acompanhado numa Assembleia.

O Programa Eleitoral de Governo é um Programa em que as pessoas até podem prometer coisas, não para quatro anos, mas para a eternidade. Porque prometem aquilo que são valores, princípios, regras, metas, ao qual podem chegar longe, entretanto as outras não podem ultrapassar quatro anos.

Fica a distinção, o fundamento, o esclarecimento e também "fica de pé" a pergunta. O Sr. Deputado continua a rressonar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para responder e prestar esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Para responder.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Como eu devo-lhe dizer, costumo dormir na cama. Não costumo dormir fora da cama.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Na cama também se tem insónias, aqui é que vem dormir!

O Orador: Quanto ao local onde eu tenho insónias, é uma coisa do meu foro privado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Tornou-o público!

O Orador: Não! Não! É do meu foro privado, se V. Ex^a não se importa.

Deputado Fernando Fonte (PS): Tornou-o público! Já é público!

O Orador: Por outro lado, o Sr. Deputado, efectivamente sendo um filosofo, tem a mania que é jurista, mas isso é um problema seu.

(Risos da bancada do PSD e Governo).

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: E já várias vezes, veio para aqui filosofar Direito. Mas, também é um problema seu, não é um problema meu.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sempre disse que era apenas um professor de Filosofia, agora nem isso o Sr. é!

O Orador: Eu não sei aquilo que é! Mas isso, o Sr. é que deve saber, porque também é do seu foro privado. Não é do meu foro privado.

Ora bom, eu quero apenas responder ao Sr. Deputado, dizendo duas coisas.

O Sr. Deputado passa a vida a dizer nesta Câmara, que o Governo promete e não cumpriu uma vez mais. Divagando filosoficamente, foi dizendo que o Governo prometeu há quatro anos e já ia nas capturas, não sei de quê, não sei de quem, mas

está aqui o Sr. Secretário que lhe pode responder, que eu de capturas não sei rigorosamente nada.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: O Sr. Deputado é que é técnico de tudo, talvez de capturas também. Mas eu não sou técnico de capturas, o Sr. Secretário pode-lhe responder.

O que lhe posso dizer é que raramente, é possível qualquer Governo conseguir realizar na íntegra um programa a 4 anos. Qualquer Governo, aqui ou em qualquer lado do mundo.

Portanto, não vale a pena o Sr. Deputado vir aqui com essa "santa ingenuidade" tentar convencer as pessoas de que só este Governo é que não cumpre os programas na íntegra. Porque se o Sr. Deputado verificar e tiver o cuidado de ler o que se passa a nível internacional, não há país nenhum, não há governo nenhum que consiga cumprir na íntegra o seu programa.

Não é possível e o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que o programa é um conjunto de intenções e de objectivos para um espaço limitado de tempo. Que por variadíssimas razões pode não se cumprir.

Ora bom, o que o Sr. Deputado nunca disse aqui, ou melhor nunca conseguiu explicar e era isso que nós agradecíamos que dissesse, quais eram as razões circunstanciais que por vezes o Governo foi impossibilitado de cumprir. Se era por carência de meios financeiros, se foi por dificuldade de realização de certas obras, de certos estudos ou de certo planeamento, porque sucede isso no dia a dia de quem governa.

Mas, o Sr. Deputado que efectivamente, ainda -graças a Deus para nós e infelizmente para si- não teve essa experiência governativa, não está efectivamente, sensibilizado para esses problemas.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para mais esclarecimentos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, eu prescindo da palavra.

Presidente: O Sr. Deputado prescinde.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

A afirmação feita nesta Casa pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, acerca do último Programa do Governo é mentira!

Risos da bancada do PSD.

O Orador: O único Programa do Governo, do Partido Social Democrata é este, 88-92, é este.

V. Ex^a se não tiver fotocópia, eu posso-lhe arranjar. É que não se fala em números no Programa do Governo do Partido Social Democrata. Este é Programa do Governo.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não percebeste nada!

O Orador: Esta é que é a verdade, Sr. Deputado.

E não só protesto em relação a quem fez essa afirmação, como também nós e quero congratular-me pelo o facto de querer procurar as contradições do PSD.

É isso que credibiliza o nosso projecto. O nosso projecto é credível, exactamente porque não faz promessas e não é carregado de demagogia.

Por isso, é que os Srs. têm dificuldade em procurar. Eu acho que os Srs. devem procurar essa forma de fazer política, na medida que é uma ajuda que nos dão e em simultâneo estão a divulgar o nosso projecto, sendo ele um projecto credível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para um contraprotesto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu chego a duvidar se vale a pena contraprotestar, prestar esclarecimentos ou fazer qualquer coisa, porque dá-me a impressão que as pessoas partem do princípio que não devem ouvir ou que ouvem o contrário do que é dito.

Eu procurei tornar claro, aquilo que foi trazido à "baila" pelo o Sr. Deputado Victor Evaristo. Foi a distinção entre aquilo que em 84 eu considerei ser diferente, um Programa Eleitoral e um Programa Parlamentar de Governo.

São coisas diferentes e procurei distingui-las com a clareza que foi possível e referi um exemplo, dizendo que o PSD em 84, até fez o contrário do que devia ter feito. Nos tempos de antena de 84, usou números, o que veio aprender com isso.

Eu referi um determinado caso concreto. Possivelmente, o Sr. Secretário poderá ou não confirmar. E recordo-me, - não preciso de que a minha memória seja elevada nesse sentido - que num tempo de antena o PSD falou no aumento de capturas para 20 000 toneladas. Isto que na minha opinião deveria figurar num Programa Parlamentar de Governo, não figurava no vosso Programa de Governo.

Foi isso que eu disse. Portanto, o seu esclarecimento...

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: ...foi exactamente isso. Então, fica mais uma vez dito e bem claro!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O que é que tem a ver o tempo de antena com o Programa do Governo!

O Orador: Portanto, não tem nenhuma razão para fazer a sua objecção. Todo o resto é o habitual. É o Sr. Deputado querer fazer render a conversa e fazer com que isto ande um pouco à sua volta. Mas, não anda. Não anda, à sua volta!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e Governo).

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que nesta Câmara intervenho na presente Legislatura, queria começar por saudar o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional e Membros do Governo, os Srs. Deputados, formulando a todos sinceros votos de maiores felicidades no desempenho das importantes funções que ainda há pouco iniciámos.

O sucesso de que se revestir a nossa acção corresponderá por certo ao desenvolvimento desta Região e ao bem estar do Povo que temos o encargo de servir. Realiza-se a presente Sessão do Parlamento Regional para a apresentação, discussão e votação do Programa que norteará a acção do Governo nos próximos quatro anos. O documento em apreço, já apresentado em termos partidários ao Povo dos Açores, mereceu aprovação de uma expressiva maioria do eleitorado Açoriano. Com ligeiras alterações que afinal apenas dizem respeito à supressão das referências partidárias que continha, toma agora forma diversa de modo a ser sancionado por esta Câmara.

Assim sendo, não está a meu ver em causa nesta Sessão Legislativa a aprovação do presente documento, pesa simples razão de que foi com base nos princípios e nas propostas que ele encerra que o Partido Social Democrata obteve o voto da clara maioria dos Açorianos. Proceder em contrato seria desvirtuar à partida a confiança que nos foi atribuída que devemos respeitar e fazer respeitar pelos os órgãos institucionais competentes democraticamente eleitos.

Garantida então, que está a aprovação, competirá então aos deputados da maioria defender e aprofundar os nossos princípios consignados na proposta em apreciação, e ajudar a encontrar os melhores caminhos para que as propostas que dele decorrem se possam materializar no tempo e com os meios de que vamos dispor.

Conscientes de que não se avizinham tempos fáceis, dadas as conjunturas envolventes e a realidade da Região, é nos exigido um apurado engenho e arte para vencer as dificuldades e cumprir os objectivos a que nos propusemos.

Nada a que não estejamos habituados, tantas têm sido as situações deveras complexas a que temos sido sujeitos desde o início do regime democrático e da Governação Autónoma Social Democrata em que vivemos.

Para além disso o programa contém os princípios genéricos e as linhas de rumo a seguir que executados com rigor e determinação possibilitam encarar o futuro com tranquilidade e fundada esperança no progresso e desenvolvimento dos Açores.

Desde logo, valores como a liberdade e a dignidade da pessoa humana, a solidariedade e a justiça social e a opção clara pelo reformismo num quadro de Autonomia Política Administrativa e Financeira para os Açores. Depois princípios e a definição concreta de opções e prioridades a concretizar no decorrer do presente mandato.

O princípio da subsidiariedade a funcionar da Europa e do Estado para a Região e desta para os órgãos do poder local e agentes privados, é garante de uma política integrada, que evite desperdícios e melhore a eficácia administrativa.

A abertura da Sociedade Açoriana ao exterior, e em especial do seu sector económico é outro dos princípios que merecem destaque do presente Programa do Governo. Por aqui passa também o aumento do investimento privado, o fortalecimento da Sociedade Civil e dos agentes económicos públicos e privados, que assegurem o crescimento do PIB, a manutenção de baixas taxas de desemprego e o aumento real do poder de compra dos salários.

A redução do peso da Administração, a diversificação da economia regional, a modernização do aparelho produtivo, a formação e orientação profissionais, o ordenamento do território e o reforço do papel da concertação social, são entre outras, propostas que muito nos apraz salientar do documento em apreço, como peças fundamentais para o desenvolvimento sustentado e seguro dos Açores.

A concretização destas e de outras propostas que o programa contém, constituirão a fase seguinte de um árduo e ponderado trabalho que conduzirá à apresentação; discussão e votação das propostas de plano anuais e plurianuais de desenvolvimento Regional, por parte desta Assembleia.

A seu tempo e sobre esta matéria, o Parlamento se pronunciará na firme certeza de que o fará de forma consciente e responsável, atendendo às circunstâncias em que vivemos, e no estrito respeito pelo princípio incerto no Programa em apreciação, que refere a aproximação das ilhas mais pequenas do todo Regional, permitindo assim

construir uma sociedade açoriana mais desenvolvida e ao mesmo tempo mais solidária.

Assim se consolida também a unidade regional, essencial ao desenvolvimento harmónico e solidário dos Açores, através da justa e equitativa repartição dos meios de que dispomos.

A este respeito e na impossibilidade de nesta tribuna reflectir sobre todos os sectores que o programa contempla, gostaria muito superficialmente de abordar um deles pela importância de que julgo revestir-se para a nossa região e em especial das ilhas mais pequenas. Tem a ver com o desenvolvimento da unidade do mercado regional e definição de uma correcta e articulada política de ligações aéreas e marítimas que o sirva. De facto para as nossas economias locais, em especial as mais pequenas é conflagrador verificar por vezes os desperdícios de produção que se criam por impossibilidade de escoamento e os elevados custos de mercado que os mesmos produtos atingem em outras parcelas da Região, importados do exterior a preços exorbitantes que muitas das vezes nem correspondem a uma melhor qualidade.

O desenvolvimento proposto da unidade do mercado regional é por isso importante, para tal equilíbrio, a aproximação e progresso solidário da Sociedade Açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma irreversível cegueira ou comprovada a má fé poderão justificar o não reconhecimento do progresso que os Açores conheceram neste anos de vivência em Autonomia Democrática e sob governação do Partido Social Democrata. O regime e a política são realidades dinâmicas e por isso as propostas de hoje não são, nem poderiam, nem deveriam ser as do passado. Os indicadores falam por si.

Em 1990, 98,9% da população estava servida com a electricidade nas suas habitações; 93,3% dispunha de água canalizada; 78,5% tinha instalações de banho ou de duche; 40,7% de telefone; 99,9% da população tinha fogão; 86,5% tinha frigorífico e 93,5% da população dispunha de televisão. São indicadores de conforto que me parecem significativos, se nos lembrarmos do que era a realidade regional há 16 anos atrás. A taxa de desemprego em 1991 era de 4,3% e o número de habitantes por médico e por enfermeiro eram na mesma data, respectivamente, de 669 e 369. No último quadriénio o PIB cresceu 3,7% ao ano.

Acredito, por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados que os Açores podem crescer mais e proporcionar aos seus habitantes melhores condições de vida. Mas para que este objectivo seja alcançado precisamos concretizar o projecto de desenvolvimento regional coerente, realista e estável que o Partido Social Democrata propôs ao eleitorado Açoriano e que deste recebeu inequívoco apoio.

Resta-me desejar ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Membros do Governo, a quem cabem as responsabilidades executivas, que Deus e os Homens vos ajudem a levar por diante uma tarefa, que não sendo fácil, é aliciante e compensadora pelo benefício que trará à Sociedade Açoriana em especial aos seus segmentos mais desfavorecidos.

Da minha parte poderão V. Ex^{as} contar com uma modesta, mas sempre leal, solidária e exigente colaboração, no rigoroso respeito pelo mandato que o Povo nos confiou. Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Programa de Governo agora presente a debate parlamentar tem uma raiz democrática testada no acto eleitoral de 11 de Outubro.

Não se distancia das opções, nem nega os princípios do programa eleitoral com que o PSD se apresentou ao povo para ser politicamente julgado.

Não corresponde às propostas da oposição porque o sentido maioritário do voto não o determinou, não é o programa para os eleitores social-democratas porque em democracia o sentido institucional da vitória não o permite, nem o aconselha.

Estava este Governo politicamente obrigado a apresentar nesta Câmara o projecto que o povo sufragou e a concretizá-lo à luz das responsabilidades acrescidas de servir todos os açorianos.

As maiorias de um só partido fazem com que os projectos eleitorais coincidam no essencial com os Programas de Governo.

Isso tem a virtude de o povo participar na definição dos grandes princípios e objectivos para os próximos quatro anos, sabendo que o produto final não diverge do produto eleitoral

Não foi só olhando para o passado recente que os eleitores manifestaram a sua vontade. Foi também visando o futuro, acolhendo umas propostas em detrimento de outras, escolhendo uns para liderar e outros para fazerem oposição.

É por isso que as vitórias engrossam as responsabilidades institucionais.

Se as eleições são o momento mais alto do funcionamento da Democracia, esta não se esgota nos actos eleitorais. Pratica-se institucionalmente no Parlamento que hoje tem entre mãos um documento da maior projecção política para o futuro dos Açores. Por isso não se dispensa o debate nesta Câmara do Programa de Governo, que o PSD encarou não como um acto mecânico e dispensável, mas como um momento alto para a definição da política que orientará os Açores nesta próxima legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A concepção deste Programa de Governo e o sucesso do projecto eleitoral que lhe dá corpo e legitimidade confirmam uma regra de ouro do PSD, hoje património irrevogável da Autonomia - a unidade dos Açores.

Eis outro sentido da vitória, contra bairrismos que alguns não hesitaram em usar para efeitos eleitorais, sem proveito nem benefício sem glória nem dignidade.

A maturidade política dos açorianos não deixou envolvê-los em projectos que fragilizam interna e externamente a Região.

O discurso bairrista de alguns, não rendeu votos como alguns queriam, nem enfraqueceu a mensagem de unidade que os mesmos agentes quiseram secundizar.

O apego à unidade venceu a tendência fácil de dividir para conquistar e respondeu à visão gulosa e matreira de alguns projectos hoje já falidos por declaração do povo.

Ainda bem!

Não sugerimos como boa a supremacia dos tecnocratas sobre os políticos, na cruzada apenas aparente contra a política.

Temos uma proposta política que faz e fará uso adequado da componente técnica. Servimo-nos desta para dar respostas eficazes e do humanismo e personalismo para dar respostas justas e solidárias.

Comportamo-nos nos limites rigorosos do Estado de Direito, onde não cabe a acusação sem prova, a suspeita sem fundamento, o ataque generalizado que incomoda todos e não culpabiliza ninguém.

Aos olhos do povo a polémica com ódio nunca prevalece sobre o debate vivo, determinado e responsável.

No julgamento dos eleitores não é suficientemente credível a crítica sem alternativa, como não é compensador o projecto sem liderança.

Não atemorizamos os açorianos com o pretenso perigo da maioria absoluta. Valorizamos a estabilidade política, o que uns não fizeram porque não a podiam oferecer e outros não surgiram porque temiam não alcançá-la.

Num e noutro caso tinham razões estratégicas. Nos dois casos não tiveram razão política.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por tudo isso a oposição viu na sua recente postura política o antídoto do que precisava.

Por tudo isso o PSD não pode esquecer as razões da vitória, depois da vitória.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Um Programa de Governo deve alimentar hábitos de mudança e suscitar instintos de renovação, o que é próprio de uma sociedade aberta, dinâmica e moderna. A aceleração histórica, que hoje se verifica nos Açores, é o sintoma evidente de uma sociedade em mudança que só o desejo eleitoral de mudar quem está mudando não deixou reconhecer devidamente.

Cada objectivo alcançado gera novas expectativas e novas ambições que é preciso corresponder, mas também gerir com realismo e sobretudo visão de futuro.

Em cada momento histórico cruzam-se interesses nem sempre compatíveis nos objectivos e não raras vezes difíceis de contemplar na gestão dos recursos financeiros.

Se há dificuldades não devemos escondê-las.

Em política o que se esconde no discurso, quase sempre se descobre na acção.

Há uma crise que se recorta na cena internacional e que muitos países desenvolvidos já sentem duramente.

Os Açores não estão imunes a esta conjuntura.

O País está empenhado em solidificar a sua posição no quadro da construção europeia.

Os Açores devem acompanhá-lo nas exigências e nos benefícios.

No decurso deste debate muitos deputados, das diversas bancadas, manifestaram desejos que todos nós gostaríamos certamente de realizar.

Mas se há limitação indesejável, mas inerente à acção governativa, a que impossibilita que se faça tudo ao mesmo tempo e tudo o que se pretendia, é a mais típica.

Nada que não seja próprio da vida.

Deve pois aceitar-se para, no passo seguinte e imediato, enfrentar com determinação.

As opções estratégicas que promovem a transformação da sociedade nem sempre são consensuais.

Mas devem ser sempre explicadas, se possível compreendidas e tanto melhor se aceites.

O diálogo social tem por isso uma função central, porque é propenso à corresponsabilização e motivação dos cidadãos para as transformações sociais e económicas.

Os Partidos e as instituições devem ver aqui uma forma de contrariar desconfianças face à sua intervenção na sociedade.

Os açorianos devem ver nesta predisposição do Governo e do PSD um convite para rasgarem alguma indiferença, que não tem penalizado a nossa vocação de vitória, mas que nos deve preocupar.

O Governo ao lado do povo é, na relação poder político cidadãos, a formula mais capaz de interpretar a democracia.

Todos nós sabemos que o progresso se faz com gente empenhada na sua terra, motivada com a previsível ascensão social e estimulada na procura de melhor qualidade de vida.

O projecto político do PSD não prescinde por isso do cidadão protagonista.

O contrário seria o divorcio entre os governantes e governados e prefiguraria a morte de qualquer projecto.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A definição da intervenção do Estado na sociedade foi sempre um dos temas mais apaixonantes da política, ao ponto de escrever a fronteira entre regimes

Os mais extremistas faliram aos nossos olhos numa vertiginosa sucessão e incomodam a afirmação do comunismo onde disfarçadamente persiste e insiste em sobreviver.

Nos outros regimes procuram-se constantemente as melhores soluções.

Mas não há, com maior propriedade o afirmamos nos Açores, manual que se aplica cegamente. Equacionar a intervenção do poder político no processo de desenvolvimento dos Açores é ter em conta o gradualismo da implementação das medidas, a dispersão geográfica, a insularidade que lhe acresce, a dimensão nacional do nosso projecto e a nossa participação na construção europeia.

Por opção e necessidade a Região não se escusa a intervir na saúde, habitação e educação, como não deve poupar esforços ao combate à pobreza, nem perder de vista o valor estratégico e a relevância para a fixação das populações que têm o estímulo à criação de emprego.

Por visão estratégica e até intuito pedagógico, o poder político não deve criar dependências redutoras que não incentivam o risco, porque é a cultura da empresa que se enquadra nos horizontes previsíveis dos desafios que já assumimos.

Quanto mais capacitada estiver a sociedade civil açoriana, menor interferência deve ter o poder político.

Quanto mais amor próprio tem o Estado, menos se deve expandir. Assim se concentrará com mais eficácia e mais proveito político nas tarefas que lhes são indiscutivelmente atribuídas, sem se demitir confortavelmente de muitas funções que tem e terá na sociedade açoriana.

De passo em passo a sociedade civil nos Açores vai-se afirmando. Essa realidade começa a abrir à sociedade civil um desafio interessante, do qual, contudo, o poder político não se deve afastar qual seja o da própria sociedade civil se corresponsabilizar no desenvolvimento harmónico dos Açores.

Só uma desintervenção gradual e, sobretudo, adequada a cada situação, pode facultar essa mudança sem por em causa a unidade dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não foi por mero capricho que o PSD insistiu na estabilidade política como condição para governar. A estabilidade gera confiança nos cidadãos, permite previsibilidade aos agentes económicos, facilita a paz social no desenvolvimento. Não desobriga ao diálogo nem deve esbater a função fiscalizadora.

A oposição tem contudo esperança política que a linha divisória do sistema divida o projecto que é comum ao Grupo Parlamentar e ao Governo.

Certamente, porque se habituou-se mal em pouco tempo com a história recente do parlamento açoriano.

Nessa altura o sistema permitiu o que os votos não ditaram.

Hoje o sistema volta a retratar o que nunca foi mentira e o parlamento é o sinal reforçado do que foi sempre verdade.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Tudo pela aplicação das regras democráticas que ninguém põe em causa. É no rigoroso limite destas regras, da Constituição e do Estatuto que o PSD concretizará as reformas testadas, debatidas e aprovadas pelos eleitores e que a maioria parlamentar e o Governo interpretarão institucionalmente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores devem modernizar-se em plena sintonia com os valores da nossa história e cultura.

Uma parte significativa do sucesso do projecto político do PSD deve-se à sua adequação inescdível ao sentimento dos açorianos.

A procura dos aspectos qualitativos do desenvolvimento é hoje uma ambição que, sobretudo a nova geração, não prescinde. São os açorianos e, de entre eles, com justificada relevância a juventude, a primeira e imprescindível aposta de um projecto que corresponde a uma visão estratégica do futuro.

É da aposta no homem que resulta a inovação tecnológica a preparação técnica, a iniciativa empresarial, a criatividade cultural e o voluntarismo social.

Quanto mais a autonomia responder com sucesso a estes desafios, mais se aprofundará o seu carácter inter-geracional.

O cumprimento deste programa de Governo terá ao longo desta Legislatura uma fiscalização geracional.

Quatro anos é pouco tempo para cumprir um projecto de geração.

Mas quatro anos é muito tempo para dificultar um projecto de geração.

Foi também por isso que o PSD ganhou as eleições.

Apresentou-nos o executivo o Programa de Governo.

É verdade que também é um conjunto de intenções.

Sabemos que as intenções não enchem a vida. Mas se o PSD fosse apenas um Partido de boas intenções não estaria aqui, certamente mais uma vez, com as responsabilidades que tem perante os açorianos.

Para a dignificação das instituições e da Autonomia e para o cumprimento do projecto basta que todos nos comportemos à altura das ideias que proclamamos.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não existe mais inscrições na Mesa e tendo em conta esse aspecto, vamos dar por encerrada esta parte do nosso debate. Vamos fazer um intervalo de cerca de 15 minutos, após o qual se farão as intervenções de encerramento do debate e posteriormente a votação do Programa do Governo.

Estão suspensos os nossos trabalhos com um intervalo de 15 minutos.

(Eram 12:10 horas).

Presidente: Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos para as intervenções de encerramento do debate sobre o Programa do V Governo.

(Eram 12:45 horas).

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Está a terminar o debate do Programa do V Governo Regional.

O debate deste programa faz-se no rescaldo de um acto eleitoral que confirmou a maioria absoluta do PSD e que portanto legitimou a existência de novo Governo desse Partido.

Muito embora esse facto não tenha, nem sofra da nossa parte, qualquer tipo de contestação, é importante, oportuno e adequado lembrar que uma vitória eleitoral não é, nem pode ser interpretada como sendo um cheque em branco que permite que nele se coloque o que se entender.

É especialmente importante sublinhar que uma vitória eleitoral não legitima políticas que adulterem o sistema político vigente.

Durante o debate precedente apareceram, da parte do Governo, duas ideias muito sublinhadas.

Uma, é a ideia das chamadas reformas do regime autonómico democrático e a outra, é ideia da necessidade de haver uma forte contenção da despesa pública.

Em relação à primeira das questões referenciadas o Partido Comunista Português entende que o modelo constitucional da autonomia, ou seja o regime autonómico, está definido e caracterizado constitucionalmente de forma globalmente adequada.

Não recusamos a possibilidade e até necessidade de certos aperfeiçoamentos, nomeadamente no que respeita ao sistema eleitoral que deve garantir a proporcionalidade, mas discordamos de "reformas" que visem modificar ou adulterar o sistema de poder e a sua divisão entre os dois órgãos de governo próprio.

Nesta linha empenhar-nos-emos a seu tempo no processo de Revisão do Estatuto da Região Autónoma, numa clara perspectiva de defesa do sistema constitucional da Autonomia, das suas virtualidades democráticas e sem concessões a qualquer orientação governamentalizadora do sistema político regional.

As exigências em termos de eficácia governativa podem e devem ser resolvidas, não com o aumento das competências do Governo e a diminuição das competências e

papel político primordial da Assembleia Legislativa Regional, mas antes através de eventuais e possíveis **melhorias no funcionamento de ambos os órgãos de Governo próprio.**

A realização de políticas adequadas não exige reformas no regime autonómico, não depende de uma governamentalização ainda mais nítida do funcionamento do sistema político, mas depende, seguramente, das opções que se fazem ou não fazem. Estamos, como sempre estivemos, abertos ao diálogo político sobre estas matérias. Defendemos hoje como sempre defendemos no passado que a Revisão do Estatuto e eventuais aperfeiçoamentos do texto constitucional nestas áreas devem ser realizadas com um vasto consenso. Este próprio facto, por todos afirmado, indica que a magnitude destas matérias ultrapassa em muito a natureza mais restrita de um só programa partidário, qualquer que ele seja.

Esta nossa disponibilidade não pode nem deve, no entanto ser confundida com qualquer intensão, que não temos, de colaborar na alteração de pontos definidores e caracterizadores do sistema constitucional da Autonomia.

Em relação à questão da contenção das despesas públicas queríamos deixar algumas breves notas.

Há muito que pensamos e defendemos ser necessário uma nova política financeira, mais realista e adequada aos tempos de hoje. Lamentamos profundamente que o anterior governo, por razões que se prendem directamente com as eleições de 92, não tenha "dado especial atenção ao nível das receitas como factor condicionante para uma política orçamental prudente" como agora diz no Programa do Governo.

Pensamos também e sempre o dissémos que as restrições nas despesas públicas não podem nem devem ser feitas à custa do sacrifício do tratamento de situações específicas generalizadas.

Concordamos com a ênfase posta na necessidade do aumento dos fluxos financeiros comunitários, mas pensamos que não é realista nem adequado deixar apagar a ideia de ser globalmente discutido com o Estado um novo relacionamento financeiro.

Alertamos para o facto de, neste debate, terem sido vários os sintomas que fazem supor pretender o Governo canalizar as restrições, nas despesas, para situações de

largo interesse social, em correspondência aliás com todo um conceito de crescimento económico divorciado da ideia de utilidade social ampla.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Como já tivemos oportunidade de dizer, este Programa é um programa claramente governamentalizador da actividade política e nesta medida tem uma iniludível dimensão de confrontação com o sistema político-constitucional da autonomia.

Este programa, por outro lado, se é certo que procura aparecer ao nível da linguagem como "moderno" e "inovador" não é menos certo que, ao nível das ideias mantém toda uma perspectiva global **altamente conservadora**. Repare-se por exemplo, na forma totalmente subsidiária e meramente funcional, com que são referidas as questões que se prendem com os interesses dos trabalhadores e com as relações de trabalho.

Este programa trata as questões económicas numa perspectiva de um maior realismo, em relação à qual não deixa de se poder detectar alguma resultante da muita pressão política e social feita nos últimos anos, mas evita uma vez mais assumir com clareza a integral e global defesa do **direito que esta economia tem em desenvolver-se de acordo com as suas potencialidades** e o direito social prioritário de um povo insular **que é o direito ao não isolamento**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O facto do V Governo ser apenas uma expressão reduzida do IV Governo não é, em si mesmo, indicador de um esforço de aplicação do programa em termos mais operacionais e menos conservadores.

O facto de, na prática, a nova estrutura governamental estar a ser montada sem recurso ao competente Decreto Legislativo Regional é, por seu turno, indicador de uma perspectiva de **afrontamento** com esta Assembleia que não deixa de nos preocupar.

O facto da tónica do discurso governamental estar a ser posto na necessidade, aliás por demonstrar, de largas reformas institucionais não deixa de levantar a legítima dúvida de que se pretende, de algum modo, encobrir a magnitude de muitos problemas regionais.

O facto de se estar a fomentar, após as eleições, um discurso de crise, algo enfatizado, não deixa também, de fazer supor estarem em preparação medidas restritivas em áreas e sectores específicos e prioritários.

As dificuldades são certamente muitas, mas só serão ultrapassadas com uma perspectiva política que associe o realismo à inovação e o respeito pelas instituições autonómicas à vontade de aproveitar as virtualidades democráticas do sistema.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No seu programa o Governo defende que a passagem do 1º Centenário da aprovação da 1ª Lei da Autonomia merece uma comemoração adequada.

Se se quiser aproveitar essa efeméride para de uma forma ampla e aberta evidenciar-se a importância regional e nacional da Autonomia e a validade das suas premissas centrais e se incentivar um conjunto de iniciativas de verdadeira dimensão política e cultural.

Se se quiser também fugir da fácil e frequente tentação redutora que teima em transformar a Autonomia num projecto de um só partido e de uma só pessoa, então valerá a pena essa comemoração e aquilo que nela se invista. Resta saber se o Governo e o partido maioritário estão nessa disposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Senhores Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar contra o programa do Governo porque não vê nele nenhum esforço profundo de adequação séria às realidades regionais do presente e às suas previsíveis evoluções.

Continuaremos, nesta Assembleia e na vida política de todos os dias, a dar o nosso contributo para que os problemas dos Açores e dos Açorianos possam vir a ter o tratamento equilibrado que não têm tido.

Para o PCP/Açores continuam a ser naturalmente prioritárias todas as questões que se prendem com os interesses de quem trabalha e com os problemas de todas as classes e camadas desfavorecidas.

Com esta orientação daremos o melhor do nosso esforço.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Bruges.

Deputado José Bruges (CDS): Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

Pelas razões que tivemos oportunidade de exprimir durante o debate do programa do V Governo para a Região Autónoma dos Açores, para os próximos quatro longos anos, a Representação Parlamentar do CDS não pode dar o seu apoio àquele documento. E não o faz de ânimo leve.

Desde logo, princípios programáticos respeitantes à orientação política, à definição estratégica, ao conceito de desenvolvimento, à postura face aos problemas, à verdade e transparência das propostas e a sua concretização, nos obrigam a uma atitude de defesa dos princípios de eficiência, competência e rigor.

Entendemos por outro lado, que alterações introduzidas na estrutura do Governo, que é um executante do Programa em apreço, sem a audição prévia desta Assembleia, em desrespeito inaceitável pelos princípios estatutários e regimentais, tem de merecer o nosso veemente protesto e repúdio. E lembramos neste momento o que diz o n.º 2 do Artigo 4º do Estatuto Político- Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que reproduzimos textualmente:

"Os departamentos do Governo Regional terão a sua sede nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, nos termos definidos pela Assembleia, que terá em conta os objectivos da unidade dos Açores e da complementaridade das suas parcelas territoriais, bem como a tradição político-administrativa daqueles três centros urbanos e a eficiência dos referidos departamentos".

Não foram esclarecidas as causas e razões porque o Governo, assim procedeu, desautorizando esta Assembleia, maculando a dignidade das instituições e criando um conflito legal intolerável.

Negando o princípio de complementaridade das parcelas territoriais; contrariando a tradição político-administrativa dos três centros urbanos; prejudicando a eficiência dos respectivos departamentos; ignorando arrogantemente os objectivos da unidade regional.

Mais não seria necessário para que a Representação Parlamentar do CDS tivesse de assumir uma postura de veemente repúdio por tão graves atropelos.

No que respeita ao Programa do V Governo tivemos ocasião de assistir a um debate em que não foram os assuntos discutidos com a profundidade desejável e nomeadamente as questões particularmente pertinentes levantadas por esta Representação Parlamentar, não obtiveram sequer resposta. Esperemos ao menos que estejam a ser digeridas para posterior aproveitamento, no que muito nos regosijaremos.

Será de todo desejável que se progrida para uma política de verdade, dentro dos mais são princípios, enfrentando os problemas com atitudes mentais e morais definidas e decididas.

É importante que se supram todas as insuficiências, que se estabeleça a disciplina e que o Governo ocupe aquele lugar privilegiado de arbitro, numa postura superior e isenta ante a sociedade. Numa postura de independência.

Porque só assim os seus fins serão atingidos.

É preciso que o Governo oriente a economia, zele pela ordem, crie condições económicas e sociais para o desenvolvimento das actividades; de apoio técnico, desenvolva a educação, corrija as assimetrias.

Como não foram dadas garantias, relativamente as estas questões, e por todas as razões que deixamos aqui expressas, a Representação Parlamentar do CDS não aprova o programa do V Governo .

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concluimos, desta forma, a apreciação pelo Parlamento, do Programa do V Governo Regional dos Açores.

Fazêmo-lo num tempo de Mudança.

Mudança é a mundopalavra dos nossos tempos, onde as mutações que se estimulam trarão certamente maiores consequências estruturais e sociais do que aquelas que acompanharam a transição da sociedade agrária tradicional para a sociedade industrial moderna. E o que se adivinha.

Assiste-se, em toda a textura dos interesses, da conflitualidade e da estrutura dos poderes em movimento nas sociedades com que mais nos relacionamos, à ascensão de novas problemáticas inerentes à realização da justiça social.

Os Açores não estão independentes da comunicabilidade e recepção dessas novas questões.

As mudanças na "natureza e papel do trabalho" e a emergência das "dimensões não económicas da desigualdade (como a idade, o sexo, ou o ambiente vivencial do individuo) colocam aos principais agentes políticos desafios de acção novos, para satisfazer aspirações refeitas da sociedade.

Aos socialistas democráticos como o PS, ou aos sociais-democratas que assim tradicionalmente se denominam na Europa Central e na Escandinávia, todos membros de uma família ideológica comum Europeia e não só identificada e bem identificada perante a História do século que agora finda, já se atribuem contornos nítidos quanto às suas propostas de futuro. Os socialistas continuam a bater-se pela justiça, mas já têm que a realizar de outra maneira e à luz de uma nova concepção de "**progresso**".

A par da satisfação material do bem estar das pessoas, desde o seu direito à habitação até a um nível de fruição compatível de bens de consumo, o problema fundamental que se coloca aos cidadãos em geral, e aos açorianos, é o problema da "**segurança**", que o socialista espanhol Alfonso Guerra ainda há pouco tempo sintetizava numa conferência organizada pela Fundação Sistema como, a **segurança do cidadão** (*como reconhecimento de direitos e protecção social*), **a segurança de estatuto e reconhecimento social** (*numa perspectiva de equidade e igualdade de tratamento e de oportunidades*), **a segurança de emprego** (*como actividade social e/ou como meio de subsistência*), **a segurança perante o infortúnio e a doença** (*como garantia de uma existência mais sã e de uma maior qualidade de vida*), até à **segurança perante os grandes riscos colectivos** (*como a guerra, os sismos ou o alarme dos desequilíbrios ecológicos*).

Soma-se-lhe, justamente, para os socialistas, o objectivo geral de valorização do indivíduo, das novas gerações, da participação e da vida, e relevam-se, assim, as prioridades das políticas de educação, de cultura, de formação técnica e profissional,

de aperfeiçoamento dos sistemas democráticos, da política de gestão dos recursos naturais no sentido simultâneo da sua utilização, preservação e renovação.

Nós não somos uma formação partidária à deriva.

Nós, socialistas, somos uma família com princípios. Sempre que aqui nos faltasse a capacidade de os gerar, teríamos, e temos, onde os procurar e achar, sem perder o que genuinamente e sempre nos une e nos uniu-a alma donde brota esta nossa paixão por um mundo melhor e a nossa fraternidade

A nossa paixão política não é alimento de um fanatismo partidário. E antes, como disse Raul Proença nas suas "Páginas da Política", "...a adesão consciente e fervorosa a uma ideia que foi racionalmente reconhecida como legítima e que deixa o espírito na posse inteira de si mesmo".

Quaisquer que sejam as modalidades que o PS tenha usado ou venha a usar na gestão táctica das conjunturas político-eleitorais, o corpo partidário não perde o seu destino e os socialistas a sua paixão,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...mesmo quando no convívio das suas divergências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa participação no último acto eleitoral, em conjugação com outros sectores independentes da sociedade açoriana teve, entre outros, o mérito de levantar o problema da capacidade dos partidos políticos de interpretação e mediação exclusiva da vontade popular.

Como há um ano afirmava um intelectual e politólogo português de grande relevo o tema "da crise de representação não é um fantasma nostálgico de soluções anti-partidos, (...) mas um problema real".

Ao lado das dezenas de milhares de açorianos que votaram nestas últimas eleições, outras dezenas de milhares recusaram transmitir às propostas partidárias a legitimidade de os representar e, até muitos dos que votaram, tê-lo-ão feito em protesto contra o domínio sufocante de uma componente partidocrática.

Tenho, por isso, a convicção que todos os partidos, vencedores ou vencidos, não podem nem devem deixar de ter em consideração esta realidade, não porque estejamos a assistir a uma fase de finado da democracia pluralista e pluripartidária,

mas porque, também em relação aos modelos de representação da vontade popular, assistimos a uma Mudança de natureza e de métodos. A tendência que já se desenha em muitas democracias para a quebra do monopólio de propositura pelos partidos das candidaturas aos cargos políticos e as próprias manifestações no sentido da moralização do controlo da titularidade e do exercício destes cargos, são fenómenos inseparáveis desta percepção mais geral, que nos cumpre registar e interpretar da melhor forma para a democracia e para os partidos.

A aliança do PS/Açores, nas últimas eleições, com sectores e personalidades desvinculadas da representação partidária tradicional, fundou-se, assim, numa perspectiva muito mais vasta e compreensiva, do que o simples imediatismo da procura de vantagem em tempo eleitoral.

Fica também esta matéria suficientemente clara.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Srs. Membros do Governo:

A aprovação eminente do Programa do Governo apresentado por V.Exas. corresponderá à vossa investidura pelo Parlamento em funções cuja legitimidade ganharam indirectamente nas eleições regionais do passado dia 11 de Outubro, Ganharam o PSD a responsabilidade de governar. Ganharam o PS e outros partidos a responsabilidade de partilhar do poder legislativo e de vos fiscalizar. Quer agora o PSD fazer da sua vitória eleitoral um mandato totalizante do poder político, prometendo arrasar direitos da oposição, confiscar poderes e espalhar inibições, que, no essencial, agenciam uma importante alteração na "**qualidade**" da nossa democracia para pior.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Salvo seja!

O Orador: O PS, agora, ou para o ano, não está disponível para, em sede de iniciativa e aprovação de revisão do Estatuto Político-Administrativo, valorizar e participar em consensos sobre matérias periféricas dessa revisão, se ela, no essencial, se orientar num sentido desmantelador do actual sistema de poderes e numa revisão potencialmente inconstitucional do Estatuto.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Governo teve e tem ao seu dispor todos os instrumentos constitucionais e estatutários para governar melhor e bem, e até, tem, com reforçada legitimidade uma maioria parlamentar que naturalmente o apoiará no que dela depender. Em termos de eficácia e modernidade do sistema atacar a Assembleia é uma falsa questão, quando o Governo vive enredado numa teia burocrática que, como diz o seu Presidente, faz os papeis saltarem de Secretaria em Secretaria e de Ilha em Ilha, levando dias e meses o que utilmente poderia ter sido resolvido em horas.

Deputados Ricardo Barros e Francisco Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em nome de supostos ganhos de eficácia, podemos obter importantes perdas de democracia.

Não defendemos nenhuma sorte de "**parlamentarismo serôdio**". A tarde e más horas só chegam os advogados do poder absoluto de um governo e não os que, como nós, concebem o poder executivo ao lado de um poder legislativo, fiscalizador, vivo e respeitado. "**Serôdio**", ou, se se preferir, "**com cheiro a futuro do passado**", para usar a expressão de uma personalidade política conhecida, é pensar, que esta Assembleia deve ter menos capacidade fiscalizadora do Governo do que eventualmente tem a Comissão Política Regional do PSD.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é o Programa do V Governo, como talvez não tenha sido o do IV, que mais salienta as diferenças de concepção sobre o futuro dos Açores entre os membros e partidos desta Assembleia. Têm sido os intérpretes e executores os fautores dessas diferenças, salientando-se o PSD por usar um Programa em eleições e governar sem programa fora delas.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não apoiado!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Apoiadíssimo!

O Orador: Isto quer dizer que a aprovação do Programa do Governo nos Açores, não garante um Governo com programa e que, a uma época de governamentalização social e económica da Região, marcada pelo que se pode denominar de um certo "**neo-gonçalvismo Natalino**"...

(Risos da Câmara)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (*Natalino Viveiros*): Ah! Essa é demais!

O Orador; ...não suceda, pelas mesmas mãos e pelo mesmo Programa, uma época de "**liberalismo libertino**".

(Aplausos da bancada do PS)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (*Natalino Viveiros*): Olha o Fabião que fala!

O Orador: E o que se espera de quem, anunciando sempre andar para a frente, ainda salta de passado em passado, sempre demorado face ao futuro.

Tudo indica, já que os intérpretes não mudaram, que a prática política também não vai mudar.

Governarão, sempre mudando de direcção, satisfeitos apenas com a sua auto-conservação, mesmo tendo a certeza que caminham para lado nenhum.

Opôr-se-ão à oposição só porque são Governo, como fizeram no passado dia 17 de Novembro na Assembleia da República, recusando com a sua abstenção em Sede de Revisão Constitucional a possibilidade da Região Autónoma dos Açores ser ouvida sobre actos comunitários que lhe dissessem respeito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não penso que nos possamos fixar na ideia de um modelo económico açoriano de desenvolvimento, mas penso que é necessário identificar e executar um modelo de gestão, que salvaguarde, viabilize e assegure a nossa identidade no processo de integração e internacionalização da nossa vida económica, social e cultural, bem como salvaguardar e conter a nossa situação financeira e a retoma de confiança dos agentes económicos regionais nas suas instituições e no seu terreno de acção.

O actual modelo de gestão da nossa integração nesses espaços mais vastos está esgotado, ultrapassado e não foi o melhor.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Aí tem a resposta!

O Orador: Trouxe vantagens que nos bateram à porta, benefícios que o tempo também justificou mas deixou no ar a ameaça do efémero, do frágil, do inacabado e do "**tigre de papel**".

Deixou incólume o estigma da insegurança colectiva, e só sobreviveu eleitoralmente porque o passado remoto face ao passado recente ainda é muito difícil de esquecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participámos neste debate tal como achámos que o devíamos fazer. Sector a sector, deputado atrás de deputado, correspondemos ao que de nós era esperado e legítimo.

Demonstramos o que pensamos. Justificamos porque divergimos.

Não termino porém sem saudar a iniciativa de comemoração do 1º Centenário da aprovação do Estatuto de Autonomia Política dos Açores, que também consta do Programa do Governo .

Faço votos para que ela venha a expressar o sentimento de auto-estima que os açorianos devem cultivar no exercício da nova Autonomia que conquistaram com a Constituição da República de 1976 e aperfeiçoaram nas suas Leis de Revisão seguintes .

Será muito útil desmentir a impropriedade e a demagogia de certos excessos interpretativos da divisa açoriana da "livre administração dos Açores pelos Açorianos". Ela representou, na sua essência, "a emancipação de toda a tutela desnecessária" e inscreveu-se numa concepção patriótica, que Herculano, no desenvolvimento das teses municipalistas, assinalou como "à administração do país pelo país".

Porém, seria um mau serviço ao conhecimento histórico dos Açores e às novas gerações, se essas comemorações decorressem sob uma visão retrospectiva unilateral e se perspectivassem como uma pré-campanha eleitoral do Governo PSD, para as "legislativas regionais" de 1996.

(Risos do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Seria melhor que o Parlamento assumisse essas comemorações. Mas, se o Governo as promover, não vejo razão para que o PS não integre uma Comissão Promotora multipartidária e idónea.

Termino, reafirmando o nosso estatuto de Oposição, que assumiremos sem equívocos e já nesta votação do Programa do Governo.

Eleitoralmente renascido, este Governo é porém politicamente sobrevivente. Ou seja, aparentemente e a julgar pelo seu Programa, é outro governo igual para governar da mesma maneira.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): E bem!

O Orador: A ele, com consciência, nos opusemos no passado. A ele, com renascida consciência nos opomos, já que fizemos um percurso, candidatámo-nos com outro Programa e vivemos a política de outra maneira.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (*Natalino Viveiros*): Vê-se!

O Orador: Ao Governo dizemos: Ide em paz e que o Parlamento vos acompanhe. Disse.

Vozes da bancada do Governo e PSD: *Ámen!*

(Risos da Câmara)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No final dos debates sobre o Programa do V Governo Regional dos Açores gostaria de enaltecer a postura que o Grupo Parlamentar do PSD teve, salientando o nível e o contributo que deu para o debate que acabamos de assistir.

Uma das questões que suscitou mais vivo debate - a questão financeira - prende-se com os recursos financeiros que a Região dispõe e a sua aplicação no processo de desenvolvimento dos Açores.

O governo propõe-se diminuir o peso do Estado na vida regional e já deu provas do seu empenhamento na concretização deste desiderato. A diminuição do número de Secretarias Regionais e o seu conseqüente aligeiramento em termos de estruturas orgânicas demonstram, de forma cabal, a vontade política de corresponder ao sentido do povo açoriano livremente expresso no último acto eleitoral.

Este facto, associado com o propósito já manifestado de transferir para a sociedade civil certas atribuições até agora de âmbito governamental possibilitam uma diminuição de encargos que urge realçar.

Não procedem as críticas da oposição, segundo as quais o governo quer fazer hoje o que não quiz há cerca de 1 ano e meio. Hoje há uma oportunidade política que decorre do início de uma legislatura e uma legitimidade cujas raízes mergulham numa proposta previamente apresentada ao eleitorado e aceite por este.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Aqui como noutras matérias, o PS olha para o passado para tomar posição.

O PSD, pelo contrário faz opções olhando para o futuro.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É o exemplo do rigor dos gastos públicos por parte do poder político.

Não nos devemos esquecer que a dispersão geográfica associada à nossa dimensão conduzem aos custos da insularidade que acarretam um aumento de encargos e dificultam a comparação com outros espaços geográficos onde não existe a descontinuidade territorial.

Se a este aspecto juntarmos a previsível diminuição de receitas provenientes das bases das Lajes e das Flores facilmente se concluirá pela imperiosa necessidade de contarmos com a solidariedade nacional e europeia.

Por isso as transferências para a Região Autónoma dos Açores no próximo Orçamento Geral do Estado deverão compensar esta diminuição de receitas.

Com base neste cenário muito realista, teremos que privilegiar a componente europeia e o seu conseqüente apoio em termos de programas operacionais.

De entre estes programas parece-nos fundamental um aproveitamento integral das enormes virtualidades que o POSEIMA nos trará em várias áreas de actividade

económica regional com resultados já palpáveis em termos de efeitos no consumidor açoriano.

Importa, igualmente, negociar desde já uma segunda fase do PEDRAA de modo a prosseguirmos uma política de infra-estruturas em todas as ilhas dos Açores, bem como uma política de formação profissional adequada às realidades e que tem possibilitado mantermos uma taxa de desemprego das mais baixas a nível europeu.

O programa do Governo, ora em discussão nesta câmara e, sufragado maioritariamente pelo povo açoriano, é uma resposta inequívoca aos anseios e aspirações da nossa população.

Ele foi discutido amplamente com as forças vivas da região e recebeu importantes contributos das mais variadas entidades públicas e privadas, por isso contempla diversificadas áreas quer sociais quer económicas.

Como corolário da filosofia social democrática o Programa do Governo aposta no desenvolvimento integral da pessoa humana e valoriza o maior potencial dos Açores - os recursos humanos.

A aposta na valorização do homem como centro do progresso avalia a forte aposta que é feita na educação, formação e orientação profissional.

A inovação deste programa consubstancia-se, entre outras áreas, no desenvolvimento solidário em áreas fundamentais como as da saúde, segurança social e um grande esforço que será necessário implementar na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

No campo económico este programa assenta no princípio da subsidiariedade da acção do Estado que visa de forma clara e plenamente assumida o reforço da coesão económica no interior da Região.

Esta coesão traduz-se na dinamização do espírito de iniciativa em diálogo permanente com os parceiros sociais e no fomentar da participação e concertação social, assente no tripartismo.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português para desvalorizar a legitimidade do programa do Governo deixou a ideia de que as eleições serviram apenas para escolher pessoas.

É uma meia verdade, que embora nos tenha também servido não fez dos nossos candidatos políticos sem ideias.

Durante os debates assistimos com alguma estupefacção à intervenção do Sr. Deputado do CDS falar em unidade dos Açores. Só por absurdo podemos aceitar que um partido que sempre usou o bairrismo como bandeira...

Vozes da bancada do PSD e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...possa, agora vir falar em unidade. Serão coisas que a política "baixa" - entre aspas - tece.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Pode tirar as aspas!

O Orador: O Partido Socialista apreciou o mordomo, pois por várias vezes fez-lhe referência.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Será que o império, por estar a ser bem gerido, com rigor e honestidade, dificilmente será substituído. Os irmãos assim o têm dito em sucessivas Domingas,...

(Risos e aplausos da bancada do Governo e PSD)

O Orador: ...isto é em actos eleitorais. Ao PS restará o papel de foliões para animar a festa sem nela ter um papel activo,...

(Risos da bancada do PSD e Governo)

(Aplausos da bancada do PSD e Governo)

O Orador: ...gerindo problemas da sua afirmação política que transporta para as instituições.

Acabamos, de resto, de assistir a um discurso do lançamento de candidatura à Presidência do PS.

(Risos da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Um discurso de justificação para o exterior e de mensagem interna para o PS.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

O Orador: Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata pediu estabilidade e o povo respondeu sim.

O Partido Social Democrata apresentou um projecto e os eleitores aceitaram.

O Partido Social Democrata apresentou candidatos empenhados e os açorianos escolheram-nos maioritariamente.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa).

O Orador: Que a oposição faça oposição, está cumprindo o seu papel.

Que a oposição atire ao Partido Social Democrata constantes acusações que põem em causa a democraticidade do regime, está apenas a justificar o estatuto de oposição e a prolongá-lo para o futuro.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o Governo estão fortemente apostados em prosseguir ao caminho traçado democraticamente.

Não teremos nenhuma dúvida na concretização das reformas necessárias à criação de condições de governabilidade dos Açores, nem o faremos envergonhadamente.

É isso que faremos responsabilmente, sem prescindir da nossa função fiscalizadora, atentos ao processo político, levantado problemas, defendendo os açorianos.

Para defendê-los nada melhor do que cumprir o projecto que os açorianos escolheram.

A oposição e os açorianos podem esperar de nós capacidade de diálogo, procura de consensos, mas também determinação e firmeza.

A nossa tarefa não se limita a prosseguir tarefas, mas quer ir mais além, mudar o sistema, rever processos e métodos de actuação, introduzir novas fórmulas.

Sempre que se apurar a vontade deste parlamento, pratica-se a democracia nesta Câmara.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem !*

O Orador: O PSD como grande partido da Autonomia ergueu até aqui o esforço do desenvolvimento reconhecido por todos.

Vale a pena continuar.

Não faltam as compensações que nascem da obra feita.

Não nos faltarão as forças para tal.

A investidura parlamentar do Governo que resultará da aprovação deste Programa faz crescer as nossas responsabilidades políticas.

Como sempre vamos trabalhar com afinco.

Mas para objectivos novos, para metas diferentes, olhando para mais longe.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Bem verdadeiro se comprova uma vez mais o velho dito: da discussão nasce a luz.

O debate realizado nestes dias no Parlamento Açoriano - um debate séria, ponderado, com aquela dose de paixão e até de humor, que são o sal da vida de uma instituição desta natureza - este debate, repito, iluminou o Programa apresentado, realçando a exactidão do seu conteúdo, permitindo esclarecer e pormenorizar algumas das suas propostas, rebatendo as soluções formuladas em alternativas.

Os Partidos da Oposição limitaram-se a suscitar pequenas questões, formularam críticas pontuais,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É mentira!

O Orador: ...tentaram, sem conseguir, explorar supostas contradições .

No final das intervenções feitas das bancadas da Oposição - e ouvi-as quase todas - não faltaram referências ao benefício da dúvida, houve até tentativas de colagem, com confissões de sintonização de propósitos e objectivos, houve mesmo repetidas formulações de votos de sucesso para a acção governativa.

Tudo isto conforta e é motivador para o Governo e para a maioria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Propositadamente uno na mesma referência o Governo e a maioria. Num regime parlamentar, como é - e julgo que deve continuar a ser - o nosso, o Governo emana do Parlamento e está por isso a ele estreitamente ligado.

O partido político que aqui tem a maioria é que assume a responsabilidade do Governo, e eu sou Presidente do Governo dos Açores, há dezasseis anos, precisamente porque lidero, na nossa Região Autónoma, o Partido Social Democrata. Por sua vez, o PSD tem sido sucessivamente confirmado, em eleições livres, como representativo da maioria do Povo Açoriano.

Esta é uma situação de absoluta transparência democrática, que nada se ganha em atenuar ou disfarçar e que não se pode de forma alguma negar ou combater.

Não pode, portanto, estranhar-se que eu fale, nesta câmara ou fora dela, das propostas políticas da maioria.

Nem que o nosso Programa de Governo faça menção expressa de tarefas da competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

Não se trata com isso de governamentalizar o Parlamento ou parlamentarizar o Governo - mas sim, pura e simplesmente, de assumir, com plenitude, a legitimidade democrática da maioria.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É a maioria que prevalece na Assembleia, é a maioria que está no Governo.

Assim é, aliás que as nossas instituições democráticas de Governo próprio ganham força e são eficazes. Assim é, também, que se garante a estabilidade política.

Vozes do Deputado Jorge Cabral (PSD): *Muito bem! muito Bem!*

O Orador: Outros prefeririam, certamente, soluções diferentes, de enfraquecimento ou até mesmo de dissolução do poder, para terem campo aberto às suas manipulações, às suas jogadas, à satisfação dos seus apetites.

Mas foi a isto que o Povo Açoriano disse não, ao votar, da maneira como o fez, em mim e no PSD, nas eleições de 11 de Outubro.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A experiência do período imediatamente anterior, com aprovação de leis injustas, distribuição inconsiderada de benesses, esbanjamento de dinheiros públicos, tentativas de atropelo ao princípio constitucional da separação de poderes, às quais de resto resisti e me opus terminantemente, tal experiência, repito, foi elucidativa e até traumatizante.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está tudo explicado!

O Orador: Que o digam agora os seus principais inspiradores o obreiros arvorados por si próprios em salvadores da pátria, guindados momentaneamente à fama de um poder, aliás ilegítimo, para, na hora da verdade, à boca das urnas receberem, em amarga derrota, a censura e o repúdio do povo soberano.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não é pois possível deixar tudo na mesma, como gostaria a oposição.

As reformas necessárias não-de fazer-se. Porque é esta a vontade popular.

Sempre com espírito de abertura e em diálogo.

O que lá vai, lá vai ... E agora é tempo de, corrigido o que houver de corrigir, unirmos todos os Açorianos nas tarefas do desenvolvimento nas particulares e difíceis circunstâncias que vivemos.

Este espírito de unidade açoriana, de comunhão nos destinos comuns, tem de transparecer também nesta Casa.

É natural e compreende-se que o ambiente esteja tenso, porque a campanha foi dura e havia altas expectativas...

Mas a nossa Região - Portugal, no seu todo, é preciso que se diga - necessita a união que faz a força, e não azedume, maus modos, querelas inúteis, que a todos desgastam e prejudicam o bem comum.

Tenho uma longa experiência de diálogo e de construção de consensos, que está de novo e integralmente ao serviço do cargo que o Povo Açoriano me confiou.

Com autoridade, de coração aberto, estendo a mão...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo e a maioria entraram aqui confiantes na força democrática do mandato recebido em eleições livres.

A nossa atitude nunca é, porém, nem poderá ser nunca, de arrogância pelo poder conquistado, mas sim de humildade democrática face aos nossos concidadãos, de sentido de responsabilidade pelo ónus da governação, de espírito de serviço aos Açores, a Portugal no seu todo, à nova União Europeia, com a sua cultura e os seus ideais humanistas, da qual queremos também ser cidadãos de parte inteira.

O Governo e a maioria saem deste debate confirmados na justeza das soluções apresentadas, cheios de entusiasmo para enfrentarem, com muito trabalho e sacrifício, as tarefas que nos desafiam.

Os Açorianos sabem que podem, contar connosco!

Temos, decerto, muitos defeitos, enganamo-nos também, algumas vezes, nem sempre conseguimos realizar, até ao último pormenor e com a plena eficiência desejada, tudo aquilo que nos propomos ...

Mas demonstramos já, sem deixar margem para dúvidas, que somos capazes, que aprendemos com os nossos próprios erros, que sabemos resistir às contrariedades, venham donde vierem, que os sonhos que sonhamos, com os Açorianos, levamo-los para a frente, tornamo-los realidade, com os Açorianos.

Por isso é que merecemos confiança - e a recebemos, nas urnas, naquele momento quase sagrado em que livremente se exprime a vontade colectiva do povo, e nesta Assembleia, que legitimamente representa os Açorianos e tem de marchar em frente, empunhando a bandeira, na afirmação dos Açores .

O nosso caminho é difícil e há mesmo, em cada nova arrancada dificuldades novas, que são estímulo para a nossa criatividade e para o nosso espírito de sacrifício.

Para mais uma caminhada, exaltante de quatro anos, damos hoje aqui, ao aprovar o programa com que nos comprometemos perante o Povo Açoriano, um primeiro passo decisivo.

Vamos em frente!

Venceremos!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados terminámos o debate. Vamos passar à votação do Programa do V Governo.

Declaro à Assembleia que vou utilizar o direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa do Governo, mantenham-se como se encontram. Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Programa do Governo foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, com 20 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Com esta votação, foi aprovado o Programa do V Governo.

O Governo tem a sua investidura Parlamentar e ganha com este acto a sua plenitude e legitimidade democrática.

Ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Secretários Regionais as maiores felicidades no cumprimento do Programa que agora foi aprovado.

Srs. Deputados chegamos ao fim dos nossos trabalhos e ponho à votação a seguinte proposta de resolução.

A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe, que a Assembleia declare findo o período Legislativo do Novembro.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Nestes termos estão encerrados os nossos trabalhos. Agradeço aos Srs. Deputados a participação que deram nestes dias e que facilitaram o trabalho da Mesa.

Muito boa tarde e muito obrigado.

(Eram 13:40 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão. **PSD** - Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos: **PS** - António Silva Melo, Carlos César, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Manuel António Martins, Ricardo Barros*

A Redactora de 2ª classe: *Ana Cristina Bettencourt Marcelino*